



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
CURSO DE JORNALISMO

PATRÍCIA MENDONÇA SANTOS

**RELATÓRIO TÉCNICO – REPORTAGEM MULTIMÍDIA
RESSOCIALIZAÇÃO: QUEM SE VALE DESTE DIREITO?**

Maceió/AL

2020

PATRÍCIA MENDONÇA SANTOS

**RELATÓRIO TÉCNICO – REPORTAGEM MULTIMÍDIA
RESSOCIALIZAÇÃO: QUEM SE VALE DESTE DIREITO?**

Relatório Técnico do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de Jornalismo, do Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharela em Jornalismo.

Orientador: Dr. Antonio Francisco Ribeiro de Freitas

Maceió/AL

2020

Catlogação na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

S237r Santos, Patrícia Mendonça.
Reportagem multimídia ressocialização : quem se vale deste direito? /
Patrícia Mendonça Santos. – 2020.
62 f. : il.

Orientador: Antônio Francisco Ribeiro de Freitas.
Graduação (Relatório técnico do Trabalho de conclusão de Curso em
Jornalismo) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas,
Comunicação e Artes. Maceió, 2021.

Bibliografia: f. 46-49.
Apêndices: f. 50-62.

1. Reportagem - Multimídia. 2. Jornalismo *on-line*. 3. Sistema
penitenciário. 4. Ressocialização. I. Título.

CDU: 070:343.81

AGRADECIMENTOS

Os agradecimentos estão para além deste trabalho de conclusão, são atrelados à minha trajetória para esta formação. Em primeiro lugar está ao conhecimento a mim proporcionado por mediadores da universidade. O fato de ela ser pública e gratuita, assim como o ambiente escolar a qual me formei, foi e é fundamental. A Ufal me encorajou a conhecer e praticar o ativismo social, a pensar criticamente, questionar, teorizar e, principalmente, ser resistência.

Agradeço à minha família, à minha mãe que é o mais puro exemplo de vontade e persistência; a doçura e cuidado do meu pai, homem de bom coração e que parece que nasceu para ser pai; ao meu irmão por ser meu parceiro e por trilhar este caminho – e tantos outros que estarão por vir – comigo.

Agradeço ao meu professor e orientador, Dr. Antônio de Freitas, mais conhecido como Freitas. Você, com a sua sede pelo “jornalismo de verdade” me iluminou. Eu adorava discutir e aprender esta ciência nas suas aulas, adorava, em especial, anotar seus ‘aforismos jornalísticos’ nos meus muitos cadernos e bloquinhos ao longo do curso. Mas também me desculpo por tanta procrastinação, não dei a atenção que eu realmente gostaria a este trabalho, e, até concluir este agradecimento, ainda não entendi o motivo.

Um agradecimento especial a ela que para mim, é sinônimo de inspiração. Esquerdista, jornalista, editora incrível e chefe poderosa. Jamais vou esquecer das muitas vezes que me apoiou, torceu por mim e disse “Patrícia, tenho uma pauta para você”. Você é maravilhosa, Janylle Bezerra.

Agradeço também às pessoas que dividiram comigo as redações em todos os estágios, bolsas e ‘jobs’. Uma pluralidade de gente, todas, em diferentes graus, foram e são importantes para a minha formação.

Um agradecimento com muito carinho aos meus amigos que me incentivaram a esta conclusão e que estiveram comigo em muitos dos maravilhosos momentos da minha vida, vivi eles com intensidade, como devem ser vividos. Vamos em frente, companheiros.

Lucas, você é um grande parceiro e amigo, obrigada pela força de sempre e pela ‘pitada de arte’, com a produção do art jornal presente neste projeto experimental. Leo, obrigada pelo carinho, você é parte significativa neste processo de “fechamento de ciclo”, como gosta de se referir. Geraldo, meu amigo, você sabe da ‘barra’ que tive que encarar neste último momento, obrigada por ter iluminando o meu caminho.

Deixo um carinho super especial narrado nestas linhas a mim. Amo a minha forma de ver, sentir e interpretar o mundo. Que eu permaneça contemplando e defendendo os encantos, mas que eu nunca deixe de perceber os desencantos e que, por meio do jornalismo e do ativismo social, eu lute e os combata.

RESUMO

Ressocialização: quem se vale deste direito? é uma reportagem multimídia que questiona o modelo de ressocialização de privados de liberdade em Alagoas. O conteúdo pretende cumprir o papel democrático do jornalismo na discussão de pautas sociais — neste caso, abordando o acesso à regeneração moral e social por meio da educação e do trabalho para pessoas que cometeram crime. O tema surge como uma resistência perante aos ‘ideais de pena’ de uma parcela significativa da sociedade brasileira justamente neste período em que as ciências que estudam a complexidade das relações humanas, e especificamente o sistema carcerário, estão sendo deslegitimadas por ideologias políticas que ferem os direitos sociais e humanos. A reportagem utiliza a internet como ferramenta para a propagação do conteúdo educativo que o tema propõe. O ambiente digital se mostra um suporte empolgante para a veiculação, tendo em vista a ascendência do acesso ao mesmo e, principalmente, o interesse cada vez mais curioso pelo consumo de conteúdos em múltiplos formatos e suportes. O fator decisório para a escolha pela multimídia é a possibilidade de compreensão do tema por pessoas que não sabem ler e nem escrever, já que dentro e fora da prisão Alagoas é a unidade federativa com o pior índice de analfabetismo no Brasil. A reportagem aponta para a necessidade de uma consciência coletiva a qual respeite o infrator enquanto indivíduo e que seja cobrado do Estado a formação social, cidadã e humana de pessoas reclusas em unidades prisionais e de internação.

Palavras-chave: Ressocialização. Webjornalismo. Sistema carcerário. Reportagem multimídia.

RESUMEN

Resocialización: ¿quién usa este derecho? es un reportaje multimedia que cuestiona el modelo de resocialización de los presos en Alagoas. El contenido pretende cumplir el rol democrático del periodismo en la discusión de las agendas sociales, en este caso, abordando el acceso a la regeneración moral y social a través de la educación y el trabajo para las personas que han cometido delitos. El tema surge como una resistencia a los 'ideales de castigo' de una porción significativa de la sociedad brasileña, precisamente en este período en el que las ciencias que estudian la complejidad de las relaciones humanas, y específicamente el sistema penitenciario, están siendo deslegitimadas por ideologías políticas que hieren derechos humanos y sociales. El informe utiliza internet como herramienta para la difusión de los contenidos educativos que propone la temática. El entorno digital es ideal para esta emisión, dado el ya amplio acceso al mismo y, principalmente, el interés cada vez más curioso por el consumo de contenidos en múltiples formatos y soportes. El factor decisivo para la elección de multimedia es la amplia posibilidad de comprensión del tema por parte de personas que no saben leer ni escribir, ya que dentro y fuera de la prisión de Alagoas se encuentra la unidad federativa con la peor tasa de analfabetismo en Brasil. El informe señala la necesidad de una conciencia colectiva que respete al delincuente como individuo y que el Estado se encargue de la formación social, ciudadana y humana de los presos en las cárceles y unidades de detención.

Palabras clave: Resocialización. Periodismo web. Sistema Penitenciário. Periodismo multimídia. Periodismo.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Demonstrativo da população prisional em atividade educacional em 2019.....	14
FIGURA 2 – Taxa de analfabetismo da população brasileira em 2017.....	17
FIGURA 3 – Lista de publicações do Depen.....	29
FIGURA 4 – Lista de publicações do Depen após atualização com os mais recentes relatórios.....	30
FIGURA 5 – Amostragem da situação prisional no Brasil na última década.....	33
FIGURA 6 – População prisional brasileira por faixa etária.....	33
FIGURA 7 – Composição da população carcerária por cor no Brasil.....	34
FIGURA 8 – Tipo Penal.....	35
FIGURA 9 – População carcerária em atividades educacionais.....	35
FIGURA 10 – Composição carcerária alagoana por cor.....	39
FIGURA 11 – Quantidade de incidências por tipo penal.....	40

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Índice da população carcerária em atividade educacional.....	15
TABELA 2 – Nível de escolaridade por estados.....	16
TABELA 3 – Pessoas privadas de liberdade no Brasil em 2017.....	36
TABELA 4 – Crescimento da população privada de liberdade no Brasil.....	36
TABELA 5 – Taxa de ocupação no sistema prisional em 2017.....	37
TABELA 6 – Capacidade do sistema prisional.....	38

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro do <i>podcast</i>	51
APÊNDICE B – Perguntas às fontes para o <i>podcast</i>	55
APÊNDICE C – Perguntas aos reeducandos.....	58
APÊNDICE D – Artjornal.....	60
APÊNDICE E – Autorização das entrevistas com os reeducandos pela 16ª Vara Criminal.....	62
APÊNDICE F – Logomarca do Mídia Ativista.....	63

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 METODOLOGIA	19
3 PAUTA	21
3.1 AUTORIZAÇÃO.....	21
3.2 DEFINIÇÃO DO FORMATO.....	22
3.3 <i>PODCAST</i>	23
4 JORNALISMO MULTIMÍDIA	25
5 OBJETO DA GRANDE REPORTAGEM MULTIMÍDIA - PRESÍDIO:	
INSTITUIÇÃO DE EXCLUSÃO SOCIAL	27
6 O QUE É O INFOPEN	29
7 CÁRCERE NO BRASIL E EM ALAGOAS	32
7.1 SITUAÇÃO NACIONAL.....	32
7.2 SITUAÇÃO ESTADUAL.....	37
7.3 PRESÍDIO DE REFERÊNCIA NACIONAL: NRC.....	40
8 DIFICULDADES, APRENDIZAGENS E SUPERAÇÕES DE UMA REPÓRTER	
EM CAMPO	43
9 CONCLUSÃO	45
10 REFERÊNCIAS	47
11 APÊNDICES	51

1 INTRODUÇÃO

Este Relatório Técnico aborda a realização da reportagem multimídia denominada *Ressocialização: quem se vale deste direito?* O acesso à reportagem completa pode ser feito por meio dos seguintes endereços eletrônicos <https://contatopatriciamen.wixsite.com/midiaativista> https://open.spotify.com/episode/0o8myBYPAUm4PxJx2uRDv?si=xlddmYGQQ_9D8THNHxBIQ. Enfatizamos que este trabalho integra o gênero jornalístico grande reportagem e tem por objetivo cumprir o papel do jornalismo em defesa das causas sociais. O trabalho aborda o processo de ressocialização dos privados de liberdade do sistema penitenciário alagoano, destacando a importância de ações de reintegração e assistência social como ferramentas no processo de reintrodução de encarcerados à vivência em comunidade.

A grande reportagem pretende se aprofundar no assunto com detalhamento que a complexidade desta pauta precisa, especialmente pelo tema não ter um caráter imediatista, visto que trata-se de um problema social existente há décadas no país. Levamos cerca de dez meses para a apuração e produção do conteúdo. Um trabalho característico do gênero, que se distancia da notícia, como explicou Muniz Sodré e Adriana Ferrari na obra “Técnica de Reportagem – Notas Sobre a Narrativa Jornalística” (1986).

Fator determinante para a circulação de uma notícia é o tempo: o fato deve ser recente e o anúncio do fato, imediato. Este é um dos principais elementos de distinção entre a notícia e outras modalidades de informações. Aqui, talvez, um aspecto importante ao diferenciar notícia de reportagem: a questão da atualidade. Embora a reportagem não prescindir de atualidade, esta não terá o mesmo caráter imediato que determina a notícia, na medida em que a função do texto é diversa: a reportagem oferece detalhamento e contextualização àquilo que já foi anunciado, mesmo que o seu teor seja eminentemente informativo. (SODRÉ; FERRARI, 1986, p.18)

Visto que o jornalismo é ‘ouvidos’ e porta-voz dos interesses do povo, é de extrema importância usá-lo como ponte para desconstruir estigmas que geram preconceitos e, por consequência, opressão a custodiados. A reportagem mostra que a sociedade, assim como o Estado e os próprios reeducandos não estão ‘educados’ para a ressocialização, e aponta para a necessidade de repensar a prática dessa política pública em Alagoas e no país.

O suporte escolhido para a veiculação da reportagem está ligado à contemporaneidade e à distribuição de informações em diferentes formatos midiáticos, visando, assim, atrair o interesse da sociedade que está sedenta pelo consumo de elementos presentes na multimídia, aqui usados de maneira compromissada com a seriedade da discussão. Tudo para que o consumo e o entendimento do conteúdo, que é repleto de dados e minuciosidades, aconteçam de maneira fluída, didática e interessada.

Uma responsabilidade jornalística apontada há uma década pelo alagoano, pesquisador e doutor em jornalismo José Marques de Melo, que defende ser de fundamental importância exercer e garantir a qualidade, diversidade e liberdade nos processos de formação acadêmica, conforme as diretrizes curriculares do Curso de Jornalismo (MELO, 2009), que cada vez mais vem se debruçando nos novos formatos midiáticos.

Contudo, o maior desafio que deve enfrentar o jornalista diplomado é de natureza ética. Ser fiel à destinação do jornalismo como serviço público, sem perder de perspectiva as inovações tecnológicas que atualizam constantemente seus gêneros e formatos, garantindo plena interação com as demandas da sociedade. Amparados em princípios que preservem a vocação educativa e missão civilizatória do jornalismo, além de balizados pela cidadania e comprometidos com a preservação da democracia. (MELO, 2009)

Em defesa desta função educativa, especialmente voltada às massas, é importante que os sujeitos – personagens principais da narrativa – possam consumir o produto jornalístico, visto que, por meio dos múltiplos formatos utilizados, é possível que um não letrado venha entender a problemática acerca do assunto. Afinal, de acordo com os dados coletados, muitos dos que fazem e fizeram parte da realidade carcerária brasileira chegam ao sistema prisional sem terem concluído ou nem mesmo iniciado os estudos.

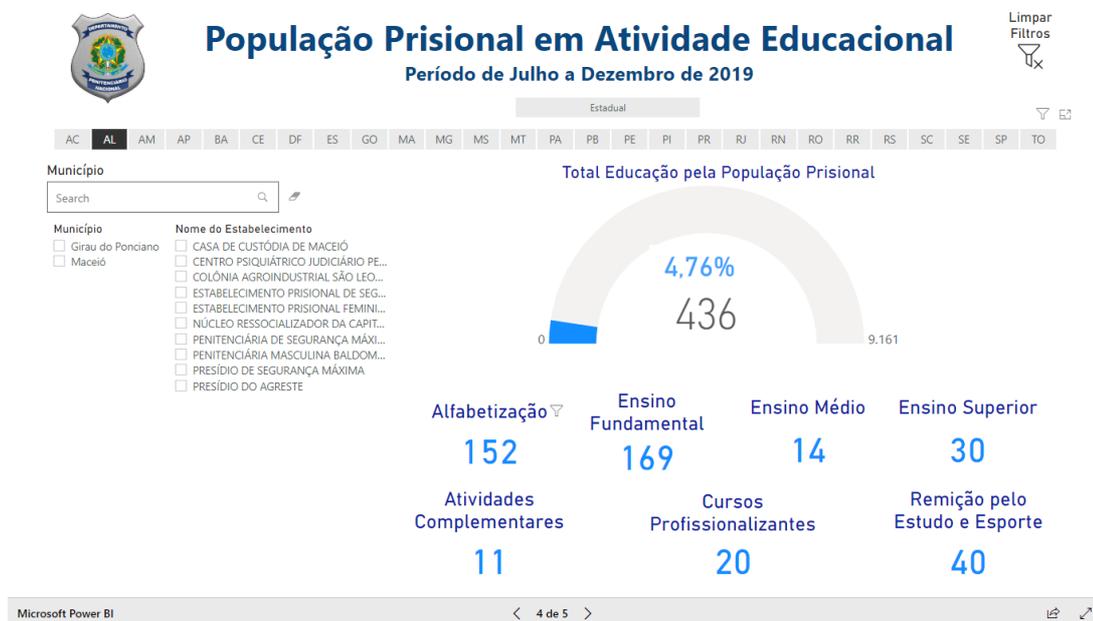
Se fez necessário fazer um recorte para a análise do problema, e foi escolhida a situação carcerária do Sistema Prisional Alagoano, lugar que conserva índices preocupantes com relação às ações de reintegração social e que em paralelo tem um dos presídios considerados modelos no país.

O índice da realidade educacional em Alagoas não é muito diferente da realidade brasileira. De acordo com o último Relatório Penitenciário Nacional (Dapen), o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen) de 2019,

apenas 4,76% dos reeducandos do Estado estavam em atividade educacional, sendo o número mais expressivo na última década, comparado aos relatórios dos anos anteriores.

O total de reeducandos em atividade educacional em Alagoas é o 3º pior índice do país, ficando atrás apenas dos estados do Amapá, com 2,84%; e do Acre, que tem 3,40% da população prisional estudando.

Figura 1 – Demonstrativo da população prisional em atividade educacional em 2019
Na figura é possível observar a distribuição dos níveis de escolaridade os quais estão sendo cursados pelos reeducandos de Alagoas



Fonte: Infopen (2019.2, p.4//Ações de Reintegração e Assistência Social)

Já em 2017, o número de pessoas privadas de liberdade em atividade educacional no Estado era ainda mais preocupante, um total de 159 pessoas. O número indica que 2,05% dos reeducandos alagoanos estudavam, num universo de mais de 7.421; enquanto a média nacional àquela época era de 10,58%, com uma população carcerária de 726.354 pessoas. O comparativo entre 2017 e 2019 revela que mesmo com um acréscimo no número de estudantes, o Estado conservou o 3º pior lugar neste *ranking*.

Tabela 1 – Índice da população carcerária em atividade educacional em 2017
Alagoas aparece com o 3º pior índice de pessoas privadas de liberdade em atividade educacional no país

Quadro 24. Pessoas privadas de liberdade envolvidas em atividades educacionais por Unidade da Federação

UF	Pessoas em atividade de ensino escolar		Pessoas em atividades educacionais complementares		% de pessoas presas em atividades educacionais
	N	%	N	%	%
AC	60	1,54	0	0,00	1,54
AL	111	1,43	48	0,62	2,05
AM	663	7,42	85	0,95	8,38
AP	922	32,86	650	23,16	57,80
BA	2485	14,77	145	0,86	15,87
CE	826	3,07	0	0,00	3,07
DF	1271	8,00	99	0,62	8,65
ES	3111	15,50	0	0,00	15,50
GO	880	4,14	29	0,14	4,29
MA	946	10,79	0	0,00	10,79
MG	9513	12,40	189	0,25	12,91
MS	1458	8,69	1	0,01	8,83
MT	2483	20,20	70	0,57	20,77
PA	1134	6,88	45	0,27	7,16
PB	1051	8,67	0	0,00	8,68
PE	6444	20,79	0	0,00	20,79
PI	414	9,48	0	0,00	9,50
PR	4205	8,41	81	0,16	8,57
RJ	4451	8,45	22	0,04	8,52
RN	178	1,92	11	0,12	2,04
RO	1169	10,27	223	1,96	12,23
RR	316	12,20	266	10,27	22,63
RS	2324	6,42	14	0,04	6,49
SC	3096	14,36	124	0,58	15,09
SE	342	7,00	0	0,00	7,00
SP	17800	7,77	397	0,17	7,96
TO	322	7,37	0	0,00	7,37
Brasil	69.293	9,6	7.520	1,04	10,58

Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Infopen, Junho/2017

Fonte: Infopen (2017.2, p. 57)

De acordo com a mesma pesquisa do segundo semestre do ano de 2017 — a última com dados detalhados da escolaridade de pessoas privadas de liberdade e que aparece na reportagem como referência em tópicos aprofundados a respeito do tema, sugerido pelo próprio Depen como “citação de fonte” —, os reeducandos do Estado com o ensino fundamental incompleto representavam quase metade dos privados de liberdade, sendo 46,93% do total; já os analfabetos ocupavam o segundo lugar nesse *ranking*, sendo 14,08% da população carcerária.

Tabela 2 – Nível de escolaridade por estados

No quadro, Alagoas aparece com o pior índice de analfabetismo entre os privados de liberdade do país

Quadro 11. Escolaridade das pessoas privadas de liberdade por Unidade da Federação

UF	Analfabeto	Alfabetizado	Ensino Fundamental Incompleto	Ensino Fundamental Completo	Ensino Médio Incompleto	Ensino Médio Completo	Ensino Superior Incompleto	Ensino Superior Completo	Ensino acima de Superior Completo	Não Informado
AC	3,46	3,60	63,09	9,67	11,75	6,03	0,78	0,14	0,04	1,45
AL	14,08	11,14	46,93	4,69	4,60	3,84	0,66	0,57	0,13	13,35
AM	1,80	2,06	54,53	10,01	12,44	11,98	1,17	0,73	0,67	4,61
AP	1,89	1,75	49,82	10,66	17,64	11,69	1,50	1,10	0,00	3,96
BA	7,45	11,97	46,41	8,20	8,82	6,43	0,45	0,43	0,00	9,85
CE	5,27	31,58	33,12	6,98	5,26	4,60	0,45	0,21	0,00	12,53
DF	1,76	0,77	52,04	9,34	14,25	9,10	1,73	0,65	0,00	10,36
ES	3,32	7,51	45,45	15,71	12,55	10,33	1,64	0,51	0,09	2,89
GO	3,77	12,49	37,63	13,61	13,47	6,73	0,60	0,37	0,01	11,31
MA	9,44	11,42	44,72	7,31	12,92	6,48	0,73	0,35	0,00	6,63
MG	2,53	6,72	50,39	12,05	13,44	7,57	0,86	0,52	0,03	5,88
MS	2,51	2,48	59,51	11,36	12,33	8,49	1,61	1,02	0,03	0,66
MT	3,56	6,89	39,18	12,33	22,08	10,67	1,11	1,18	0,00	3,00
PA	4,50	8,37	54,32	12,50	11,52	7,46	0,43	0,23	0,00	0,69
PB	11,59	22,27	35,25	5,79	4,91	3,27	0,40	0,28	0,00	16,23
PE	10,89	22,12	32,34	6,03	6,70	5,70	0,58	0,37	0,04	15,23
PI	10,83	7,81	45,22	5,26	7,20	4,68	0,50	1,38	0,00	17,11
PR	1,06	1,66	67,11	8,03	12,56	6,31	1,10	0,91	0,11	1,17
RJ	1,47	3,97	61,62	8,98	7,34	5,93	0,68	0,40	0,01	9,59
RN	10,08	12,68	45,49	4,46	5,44	3,18	0,27	0,17	0,00	18,23
RO	3,73	6,61	53,32	9,66	10,21	7,80	1,13	0,54	0,07	6,93
RR	2,72	11,10	27,44	13,74	14,84	14,65	2,99	1,30	0,08	11,14
RS	2,49	4,77	60,54	12,94	10,89	6,35	0,93	0,39	0,01	0,68
SC	2,33	4,68	46,26	14,15	13,96	10,40	1,39	1,00	0,24	5,60
SE	6,43	3,96	70,77	4,95	6,15	5,87	0,67	0,21	0,00	0,99
SP	2,52	1,19	44,24	15,88	19,72	12,34	0,94	0,53	0,02	2,61
TO	5,55	10,54	41,05	16,50	17,48	6,93	0,97	0,97	0,00	0,00
Brasil	3,27	5,55	48,72	12,47	14,21	9,16	0,92	0,53	0,04	5,12

Fonte: Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Infopen, Junho/2017

Fonte: Infopen (2017.2, pg. 36)

À época, o índice mais alarmante de escolaridade de pessoas privadas de liberdade em Alagoas era o de analfabetos, sendo 14,08% das pessoas privadas de liberdade, o maior número de presos analfabetos do Brasil naquele ano. Já a média nacional naquela mesma época era de 3,27%. O relatório de 2019 não traz este tipo de demonstrativo.

O dado a respeito do analfabetismo coincide com a realidade educacional da sociedade alagoana. Naquele mesmo ano, em 2017, Alagoas tinha o maior índice de analfabetismo do Brasil, com taxa de 18,2%, também acima da média nacional que era de 7%, de acordo com os dados do Plano Nacional de Educação (PNE), registrados e divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

E em 2019, de acordo com a mesma pesquisa, o Estado permaneceu na liderança do *ranking*, mas com uma redução de 1,1% do índice, passando para 17,1%.

Figura 2 – Taxa de analfabetismo da população brasileira em 2017
Alagoas aparece com o índice mais preocupante do país



Fonte: PNE/IBGE (2017)

Embora dos dados revelem que em dois anos o número de reeducandos em atividade educacional atrás das grades tenha dobrado no Estado, os números ainda correspondem a uma pequena parcela da população carcerária. De acordo com o Infopen do segundo semestre de 2019, há 9.161 reeducandos e 436 deles estão em atividade educacional, uma porcentagem de 4,76%.

A educação é considerada o maior instrumento de transformação social e pessoal na humanidade. Cientistas, filósofos e até mesmo pensadores populares argumentam sobre a importância desta máxima que é a educação. Foucault (1987), referência mundial a respeito da situação carcerária, por além de ser estudioso do tema, ter experimentado ‘na pele’ a vida no cárcere, é um entusiasta da educação como modo regenerativo do apenado. Apontando que o encarceramento deve ser acompanhado de medidas de controle e de assistência até a readaptação definitiva à sociedade, afirmando a necessidade de não apenas punir, mas de prestar-lhe apoio e socorro, assim vigiando-o enquanto encarcerado (FOUCAULT, 1987).

Só a educação pode servir de instrumento penitenciário. A questão do encarceramento penitenciário é uma questão de educação: o tratamento infligido ao prisioneiro, fora de qualquer promiscuidade corruptora, deve tender principalmente à sua instrução geral e profissional e à sua melhora. (FOUCAULT, 1987, p. 297).

Os dados apresentados reforçam que, certamente, a exclusão social, a pobreza e a violência são fatores que afetam a sociedade dentro e fora da prisão. Não é novidade que a educação é a solução para muitos dos problemas sociais existentes, e o Sistema Carcerário Alagoano conta com um módulo prisional que é a prova disso, sendo uma exceção no país. Criado em 2011, o presídio nomeado de Núcleo de Ressocialização da Capital (NRC) tem se destacado e contribuído positivamente com o cenário nacional, tido como modelo de exemplo. Com medidas que respeitam a dignidade humana e às leis, os reeducandos recebem tratamento humanizado e que, apesar de ainda apresentar falhas, passou a ser destaque na implantação de políticas públicas que condizem com a Lei de Execução Penal (LEPp). Esse presídio é um dos objetos de análise da reportagem multimídia.

2 METODOLOGIA

Entre os gêneros jornalísticos existentes, a reportagem, unida à experimentação das novas tecnologias no processo de produção e distribuição de informação é a adotada neste trabalho, resultando em um conteúdo de webjornalismo; o que já é uma tendência na última década. Esta escolha tornou o processo de produção e de distribuição plural, com o intuito de universalizá-lo.

Um projeto experimental desafiador tendo em vista as muitas etapas para a apuração e produção do conteúdo para as mídias, atendendo às exigências da era digital. Além de o desafio ser intrínseco ao tema. Texto, fotos, áudios, art jornal, vídeo e gráficos compõem este produto jornalístico. Apesar de o consumo de todos os itens levarem a um maior entendimento do tema, por eles estarem interligados, a 'leitura', por assim dizer, de apenas um deles — independente dos demais — é possível. A proposta é o cruzamento de redes que leva a comunicação a um patamar muito mais abrangente e acessível.

Lucia Santaella (2004) aborda este tipo de hibridização das tecnologias em seu livro *Navegar no Ciberespaço*. A respeitada pesquisadora da comunicação e da semiótica percebe que neste “novo modo de comunicação”, por meio da internet, há um potencial espaço para a experimentação de diálogos hipermidiáticos, à época “diálogo” comumente experimentado entre literatura, cinema e rádio. Quase duas décadas após o lançamento do livro de Santaella (2004), a internet efetivamente se revela o atual principal espaço para esta convergência.

É comum que neste ‘estilo de comunicação’ o receptor seja livre para estabelecer a ordem de consumo do conteúdo comunicativo e, até mesmo, ser o emissor de vertentes daquele produto inicial. Portanto, a hibridização das tecnologias é um fato positivo e aliada para o diálogo na comunicação educativa.

Na reportagem — Ressocialização: quem se vale deste direito? — cada tipo de recurso da tecnologia ou interface utilizada apresenta diferentes informações a respeito do tema central, a ideia é que com a hibridização do conteúdo, ele se torne mais atraente. Segundo o pesquisador Alexandre Lenzi (2015) esta técnica multimidiática onde diferentes mídias são diagramadas em conjunto, sem necessariamente estarem realmente integradas, para uma nova experiência de imersão proporcionada por peças que se complementam e formam uma nova

unidade multimídia podem, por meio dessa configuração estética, entusiasmar e atrair o receptor do conteúdo.

Neste novo cenário, não faz sentido oferecer vídeos e/ou áudios que apenas repetem o que é apresentado no texto, por exemplo. O público precisa encontrar algo realmente novo em cada peça que consome e, melhor ainda, se a cada passo dado a audiência for instigada a consumir a peça seguinte, até fechar o quebra-cabeça multimídia. (LENZI, 2017, p. 80)

Portanto, neste exercício de uma grande reportagem multimidiática experimental há o cuidado para que os suportes utilizados tenham a particularidade mencionada.

3 PAUTA

A escolha pelo tema se deu à medida que Alagoas foi ganhando notoriedade no que diz respeito à ressocialização e, em paralelo, à crescente negação e repressão da sociedade brasileira para com indivíduos que cometem crimes. São estes os dois principais pontos a serem questionados, discutidos e problematizados neste conteúdo que tem como intuito a conscientização social para com a situação da ressocialização no Sistema Carcerário Brasileiro e, em especial, o alagoano.

Mídia Ativista foi o nome escolhido para os suportes desta produção — sítio eletrônico e *podcast* —, que iniciou-se com a criação e divulgação deste Trabalho de Conclusão de Curso, podendo futuramente abraçar outras pautas sociais por meio do jornalismo, sendo sempre pautada pelos interesses das classes menos favorecidas, em defesa da democracia, igualdade, direitos humanos, transparência e contra a corrupção.

3.1 Autorização

Por se tratar de um conteúdo delicado relacionado à Segurança Pública e a Justiça foi necessário a autorização para a realização da reportagem. Ela se deu por meio da intermediação do orientador deste trabalho, o professor Antonio Francisco Ribeiro de Freitas que fez a solicitação junto a Seris e ao juiz da 16ª Vara de Execução Penal da Capital Dr. José Braga Neto. A matéria foi autorizada, contanto que fosse solicitada a autorização de cada personagem que aparece no trabalho jornalístico. Portanto, vale ressaltar, que todos os personagens citados na reportagem autorizaram o uso de seus depoimentos, porém, cada um com suas especificidades para a divulgação ou não de suas identidades.

Com isso, foi necessário a oficialização de um termo assinado por cada participante, os quais relataram as suas condições para darem os depoimentos e serem divulgados. Além disso, foi necessário pensar desde a construção da pauta os detalhes de como essas identidades seriam preservadas, seguindo assim o Código de Ética do Jornalismo, da Associação Brasileira de Imprensa, que define no Art. 8º que sempre que o profissional considerar correto e necessário deve resguardar a origem e a identidade de suas fontes de informação. Foi usado

codinomes, escolhidos por eles e, no caso da entrevista audiovisual, identidade e voz foram modificadas digitalmente.

3.2 Definição do formato midiático

Tendo em vista a revolução que a Web 3.0 causou na sociedade do século 21, estando presente na rotina de bilhões de cidadãos, considerada indispensável para a vida moderna — com escala de produção a nível industrial — a escolha por utilizá-la como ferramenta para a difusão do tema foi nossa opção enquanto artifício para conquistar a atenção e, quiçá, o consumo do conteúdo por indivíduos que estão envolvidos com esse fenômeno planetário: a internet.

A frivolidade dos assuntos mais acessados na era digital é vista com preocupação para o campo das ideias e da ciência, logo, levar conteúdos com embasamentos científicos e questões que resistem em meio à espetacularização das coisas é mais uma das formas de educar e alertar a sociedade, fazendo jus às premissas do jornalismo. Até porque é justamente nesta ‘era’ que as causas sociais e notícias sérias, que buscam rigor, verdade e objetividade para a resolução de problemas comuns à sociedade estão perdendo espaço para o campo do entretenimento.

A fronteira que tradicionalmente separava o jornalismo sério do sensacionalista marrom foi perdendo nitidez, enchendo-se de buracos, até se evaporar em muitos casos, a tal ponto que em nossos dias é difícil estabelecer diferença nos vários meios de informação. Porque uma das consequências de transformar o entretenimento e a diversão em valor supremo de uma época é que, no campo da informação, isso também vai produzindo, imperceptivelmente, uma perturbação subliminar das prioridades: às notícias passam a ser importantes ou secundárias sobretudo, e às vezes exclusivamente, não tanto por sua significação econômica, política, cultural e social, quanto por seu caráter novidadeiro, surpreendente, insólito, escandaloso e espetacular. (VARGAS, 2013, p. 47)

Para conquistar o público da internet é necessário um ‘jogo de cintura’. Convencê-lo por meio da estética e ludicidade. Para a realização de uma reportagem multimídia foi necessário contar com técnicas e suportes de aparatos tecnológicos, o uso dos mesmos foi pensado desde a pauta.

Com esta definição, o conteúdo foi registrado por meio de texto, fotografia, pesquisa fotográfica, sonoras, registros de dados e gráficos, vídeo, além da técnica

artística de *art jornal* para que assim pudessem ser propagados nos variados formatos. O uso desses artifícios é necessário para que por meio do mesmo suporte em que a espetacularização impera ele possa ser também um agente no combate a propagação de conteúdos ‘jornalísticos’ superficiais.

3.3 Podcast

Com produção e roteiro criados de maneira emergencial, visto que a pandemia da Covid-19 impossibilitou a produção do projeto inicial, que seria um curta-metragem documental, o *podcast* surgiu como uma alternativa viável para realizar entrevistas virtualmente. No decorrer do projeto o produto foi ganhando identidade própria e revelando a sua importante contribuição para a reportagem multimídia.

Atendendo o anseio pela experimentação por novos e ascendentes suportes midiáticos, o *podcast* tem esta particularidade desejada no trabalho, e pretende atingir um crescente público do tipo de rede, que se apropria de técnicas do rádio com um diferente esquema de distribuição, o *streaming*.

De acordo com a pesquisa *Podcast Stats Soundbites*, divulgada em 2018 por uma das plataformas mais famosas de compartilhamento de distribuição digital — o Spotify —, o Brasil é o segundo maior mercado de *podcasts* do planeta, ficando atrás apenas dos Estados Unidos. A empresa enumerou os gêneros de *podcasts* mais ouvidos no Spotify país, que seguem a seguinte ordem de consumo: sociedade e cultura; comédia; educação; TV e filmes; notícias; negócios; música; religião e espiritualidade; lazer; e esportes. No *ranking* podemos observar que o *podcast* deste trabalho atende pelo menos três dos gêneros mais ouvidos, o que enfatiza o potencial do produto.

O desenvolvimento dos *podcasts* jornalísticos, nesta segunda década do século 21, guarda uma relação histórica com os formatos e estratégias do radiojornalismo. Neste momento, em que o rádio está completando 100 anos de sua existência como meio de comunicação massivo, formas mais recentes de consumo de conteúdo sonoro bebem da mesma fonte de linguagem e de produção. Por outro lado, os *podcasts*, por constituírem um modelo assíncrono de distribuição de conteúdo, proporcionam experiências renovadas de escuta que, por sua vez, permitem o uso mais intensivo de uma miríade de recursos de linguagem. (FERRAZ, 2020, p. 156)

Nivaldo Ferraz no artigo “Podcast e radiojornalismo: uma aproximação entre a mídia formal e as novas experiências de produção e escuta”, aponta que em tempos em que o *smartphone* é o dispositivo centralizador do cotidiano, a portabilidade e a sensação de acesso ampliam exponencialmente o poder da interface para com a multimídia (FERRAZ, 2020).

Outro ponto importante é que a narrativa em áudio possibilita que pessoas não letradas tenham acesso ao conteúdo, e pensando nesse público foi decidido inserir o *podcast* também no *YouTube*, plataforma considerada a maior aglutinadora de mídia de massa da internet no início do século 21 (BURGESS; GREEN, 2009). A ideia é levar tornar acessível o tema de interesse público, possibilitando um consumo educativo mais aprofundado a respeito da ressocialização por pessoas de todos os níveis de educação e classe social.

Diante de uma lógica cultural e informacional em que o consumidor deseja cada vez mais poder de escolha, essa mídia jovem que é o *podcast*, surgido há dez anos, foi a resposta do áudio e, estimulado por avanços tecnológicos, veio crescendo. Ao proporcionar uma maneira de obter por demanda conteúdos que são aproveitados em momentos em que manter-se olhando para uma tela ou para o papel não é possível ou conveniente, o *podcast* se mostra uma oportunidade de consumo de informação e entretenimento. A diversidade de formatos é enorme e as possibilidades de temas são inúmeras. No gênero discutido, realiza-se um tratamento acessível e, ainda assim, não superficial dos assuntos, que pode ou não ser mais voltado para a diversão. O áudio é íntimo e propício ao foco (BARBOSA, 2015, p.60).

O Mídia Ativista, *podcast* deste Trabalho de Conclusão de Curso, revela detalhes das entrevistas realizadas com alguns dos entrevistados para a grande reportagem, a Dra. Elaine Pimentel, líder do grupo de pesquisa “Núcleo de Estudos e Políticas Penitenciárias”, pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); o presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas, o desembargador Tutmés Airan, que foi coordenador do programa “Começar de Novo em Alagoas”, de políticas públicas voltadas ao sistema carcerário; Ronaldo Medeiros, gestor público que deu oportunidade de emprego a reeducandos; e, por fim, enfatiza a falta de interesse da Seris em contribuir com a discursão.

A direção decidiu usar áudios do programa Geraldo Magela, que realizou uma entrevista com o secretário da pasta Marcos Sérgio. A edição ficou por conta de Patrícia Mendonça em parceria com a Fryda Produções e a revisão foi realizada pelo Dr. Antônio de Freitas. As trilhas sonoras utilizadas são de domínio público e respeitam a Lei Nº 9.610 que regula os direitos autorais.

4 JORNALISMO MULTIMÍDIA

Acompanhando a tendência mundial, a produção de conteúdos veiculados na internet, o jornalismo tem se dedicado a alcançar as inovações tecnológicas para seguir com o compromisso desse serviço público. Importante inovação pontuada pelo jornalista alagoano Marques de Melo, em 2009, quando escreveu que a destinação do jornalismo como serviço público deve se adequar as inovações tecnológicas que atualizam constantemente seus gêneros e formatos, garantindo a atenção às demandas da sociedade.

O Dr. em jornalismo vislumbrou esta necessidade quando a multimídia ainda era impopular no campo do jornalismo, e as atuais transformações midiáticas ainda estavam sendo vislumbradas. Melo trouxe a discussão apenas dois anos após o surgimento dos telefones da Apple e um ano após o lançamento do sistema Android que, desde então, tem revolucionado a comunicação “na palma da mão”.

Uma transformação comunicacional pontuada pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil, onde o ambiente digital permite intervenções criativas nas formas de conhecimento (CGI.BR, 2017).

Ainda que as formas de acesso e consumo tradicionais não tenham deixado de existir, o caráter multimídia da cultura digital redefine fronteiras e permite a emergência de novas práticas criativas e de apropriação de conteúdo. Potencialmente, por sua própria natureza, a internet permite acessar informação, ouvir música, ler livros ou jornais e revistas, ver filmes ou programas de televisão e escutar rádio. A fotografia, no contexto atual, se tornou uma febre entre os possuidores de telefones celulares ou tablets. Uma mudança radical da ordem simbólica está em curso, com o surgimento de novas formas de conhecimento. Outras possibilidades de inflexão e de intervenção criativas ainda estão por serem descobertas, uma vez que trata-se da utilização de recursos não apenas técnicos, mas também simbólicos. Temos de reconhecer que grande parte das atividades humanas se deslocou para esse universo virtual, e o desenvolvimento dos computadores pessoais, da Internet e do telefone celular mudaram radicalmente nossa relação com o mundo. (CGI.BR, p. 54)

No jornalismo, a multimídia desafia o estudante e o profissional a explorar o conhecimento e domínio à pluralidade de possibilidades, que, inclusive, estão em constante transformação. O Observatório da Imprensa, em uma publicação sobre o jornalismo multimidiático, traz reflexões entusiasmantes sobre o futuro do jornalismo, vislumbrando uma imersão sensorial e visual nas notícias, embora pontue os percalços desse futuro, criticando a distância que estamos do mesmo, tendo em vista as “concretas dificuldades” em torno dos recursos financeiros para financiar a

transição ao jornalismo multimídia integrado. Bem como “a dificuldade de jornalistas e estudantes em desenvolver narrativas jornalísticas integradas do ponto de vista da multimídia tem a ver também com o rompimento de uma cultura onde os sons e imagens foram sufocadas pela tradição da escrita como forma preferencial de comunicação”, foi pontuado no artigo.

5 OBJETO DA GRANDE REPORTAGEM MULTIMÍDIA - PRESÍDIO: INSTITUIÇÃO DE EXCLUSÃO SOCIAL

Comumente marginalizada pela sociedade e pelo Estado, a situação carcerária no Brasil é quase que excluída das discussões, exceto quando se é tratada como a escória da sociedade. A crítica rasa, populista e sem embasamento científico geralmente sobressai aos estudos concretos a respeito do tema. Nos últimos anos, principalmente com a ascendência das ideologias de Jair Bolsonaro, atual presidente do Brasil, o discurso de ódio contra infratores foi reforçado, e, cada vez mais, a aceitação e a transformação social desses indivíduos estão distantes de se tornarem realidade.

A reportagem questiona a predominância de classes menos favorecidas como econômica, educacional, cor, idade e motivações das pessoas que ocupam as prisões brasileiras

Nas narrativas históricas esses meios recaiam particularmente sobre os pobres, o que não é diferente dos dias atuais, tendo em vista que podemos observar que, quando uma pessoa de classe econômica e social baixa é presa, imediatamente é isolada do mundo e de todos, tem os seus direitos básicos nos primeiros dias de encarceramento violados [...]. A igualdade, infelizmente, é uma balança que nunca se equilibrará, pois uns têm muito, alguns possuem uma outra metade e a grande maioria não possui nada. É diante desta metáfora, que se entende que a sociedade que nada possui preenche em mais de 90% a população carcerária do Brasil. Para tanto entende-se que a falta de educação, saúde e direitos sociais geram grande desequilíbrio social, favorece o crescimento do tráfico de drogas, da criminalidade urbana e da violência. Fica portanto a indagação: quem são estes que estão encarcerados aos montes nos presídios, se não filhos e filhas da exclusão social? (ALVES, 2018, p.4)

De acordo com os filósofos contemporâneos Mário Cortella e Clóvis de Barros se faz necessária a adoção de ações que impeçam o avanço da falta de resolução para os problemas sociais existentes, pois enquanto não houver possibilidade de discussão e ações a respeito de para onde queremos ir, ou seja, a possibilidade de uma reflexão sobre os fins, estaremos condenados a julgar os meios a partir de certa tirania — que é uma tirania de resultados que não escolhemos para nós (BARROS; CORTELLA, 2014).

A Lei de Execução Penal, nº 7.210, de 11 de julho de 1984, pontua que o Estado brasileiro deve garantir condições para a harmônica integração social do condenado e do internado de volta ao seio da sociedade. Mas não é o que se vê no

Brasil, principalmente com a ascendência de discursos como “bandido bom é bandido morto” que, de tão populista, parece incentivar e legitimar a falta de atenção do Estado a essa parcela da sociedade.

A violência no sistema prisional é um espelho do que a população marginalizada sofre nas ruas. O modelo das prisões brasileiras é apontado como lugar de exclusão social, onde a transformação dos indivíduos não é posta como alvo, e os presídios, muitas vezes, em vez de ressocializar, tornam-se propulsores para a famosa “faculdade do crime”. Isso causa traumas irreparáveis em indivíduos que, hora ou outra, vão retornar ao seio da sociedade visto que no Brasil não há prisão perpétua, nem pena de morte. A situação desumana e insalubre pode interferir psicologicamente na forma como esse humano irá interagir com os demais dentro e fora da prisão.

Buscar formas de lidar com esta violência e de amenizar seus prejuízos sociais é essencial na luta pela construção de uma sociedade justa, principalmente quando assistimos à sociedade, desprotegida e insegura com o aumento de homicídios, sequestros, roubos e da violência em geral, apoiar atos violentos, acreditando que somente com repressão e ampliação do número de instituições prisionais é que terão ordem e paz social. Nesse sentido, repensar a conduta das instituições penais que se propõem a recuperar, reeducando, seus internos e suas internas, é de fundamental importância, já que somente com oportunidades concretas de reinserção social, enquanto sujeitos de direitos, é que será possível a cada um deles construir novos caminhos. (LELIS, 2010, p. 159 e 160)

Diante deste cenário, o jornalismo pode ser um aliado social para a discussão do tema com as mais diversas esferas da sociedade e, em especial, para com aqueles que por falta de conhecimento do contexto econômico, social e político não se dão conta de que essa situação pode levar pessoas ao “mundo do crime”. Nesse caso, o jornalismo vem para incentivar a sociedade a questionar e problematizar, sendo um instrumento para a educação e transformação social.

6 O QUE É O INFOPEN

Disponibilizado à sociedade para um amplo diagnóstico da realidade carcerária brasileira, o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, mais conhecido como Infopen, realizado pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen), tem uma média de publicação semestral com informações sobre os estabelecimentos penais e a população carcerária do país. No entanto, o relatório vem enfrentando atrasos em sua publicação no governo federal atual e no penúltimo, além de ter sofrido uma redução dos problemas analisados e divulgados em suas últimas tiragens.

O que se observa atualmente é a desconsideração e ocultação de sérios problemas do cárcere, como índices de mortalidade, quantidade de trabalhadores no sistema penal de cada UF, direito a saúde, assistência jurídica, entre outros.

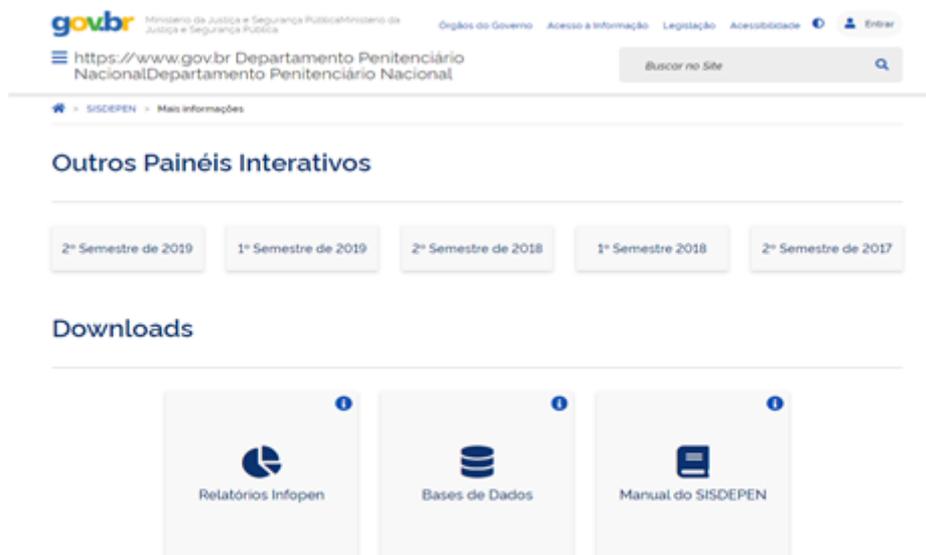
O Infopen foi criado em 2004, durante o governo Lula e em 2014 passou a ser disponibilizado *on-line*; após a criação, o sistema conseguiu reunir dados de anos anteriores à criação. Desde então o Infopen era publicado com um certo respeito à periodicidade, porém, a última publicação nos últimos dois anos teria acontecido em 2017, durante o governo Temer. E somente em março de 2020 o levantamento voltou a ser atualizado e publicado, inclusive com todas as publicações em atraso.

Figura 3 – Lista de publicações do Depen
Registro de quando os relatórios estiverem por mais de dois anos em atraso

Exercício	Disponível	Atraso
2018	---	---
2017	---	---
2016	---	---
2015	---	---
2014	---	---
2013	---	---
2012	---	---
2011	---	---
2010	---	---
2009	---	---
2008	---	---
2007	---	---
2006	---	---
2005	---	---
2004	---	---
2003	---	---
2002	---	---
2001	---	---
2000	---	---

Fonte: Depen. Acessado em 5 de dezembro de 2019

Figura 4 – Lista de publicações do Depen após atualização com os mais recentes relatórios



Fonte: Depen / acessado em 30 de setembro de 2020

A falta de atualização e exposição dos dados dificulta o acesso de pesquisadores às informações básicas para a percepção da situação carcerária brasileira. Até pouco antes da atualização do relatório, o ex-juiz Sérgio Moro, foi quem estava à frente do ministério responsável pelo Departamento Penitenciário, e somente dias antes de sua saída do cargo, no Governo Federal, o Infopen foi atualizado, mas desta vez muito mais enxuto, sem o detalhamento acerca da complexidade carcerária.

O Infopen do segundo semestre de 2017 tem 74 páginas com detalhes a respeito dos tópicos, e incremento dos gráficos — devendo ele ser usado como referência para citação de fonte, a pedido do próprio relatório —; enquanto o do segundo semestre de 2019 tem 65 páginas de apenas gráficos, sem qualquer consideração, referência ou bibliografia diferente dos relatórios publicados nos governos Dilma e Lula.

A coleta de informações é conduzida por meio de um formulário *on-line* e preenchido pelos responsáveis de cada unidade prisional do país, de acordo com as orientações do Depen, ligado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública. Só então os dados são validados e/ou retificados pelos gestores estaduais, após análise de consistência das informações pelo Departamento Penitenciário.

Tendo em vista a recomendação do Infopen, a reportagem utilizou o relatório de 2017 como referência, que conta com informações de todas as unidades

prisionais brasileiras, incluindo dados de infraestrutura, seções internas, recursos humanos, capacidade, gestão, assistências, população prisional, perfil das pessoas presas, entre outros; e os comparou com o relatório mais recente, o de 2019.

7 CÁRCERE NO BRASIL E EM ALAGOAS

Aqui serão apresentadas aos leitores informações relacionadas aos dados mais questionados na grande reportagem, todos referentes a situação do sistema prisional, separadas por índices nacionais e estaduais, com base nos relatórios do Infopen do segundo semestre de 2019 e o do mesmo período de 2017 que, como já exposto aqui, deve ser utilizado como referência para citação de fonte.

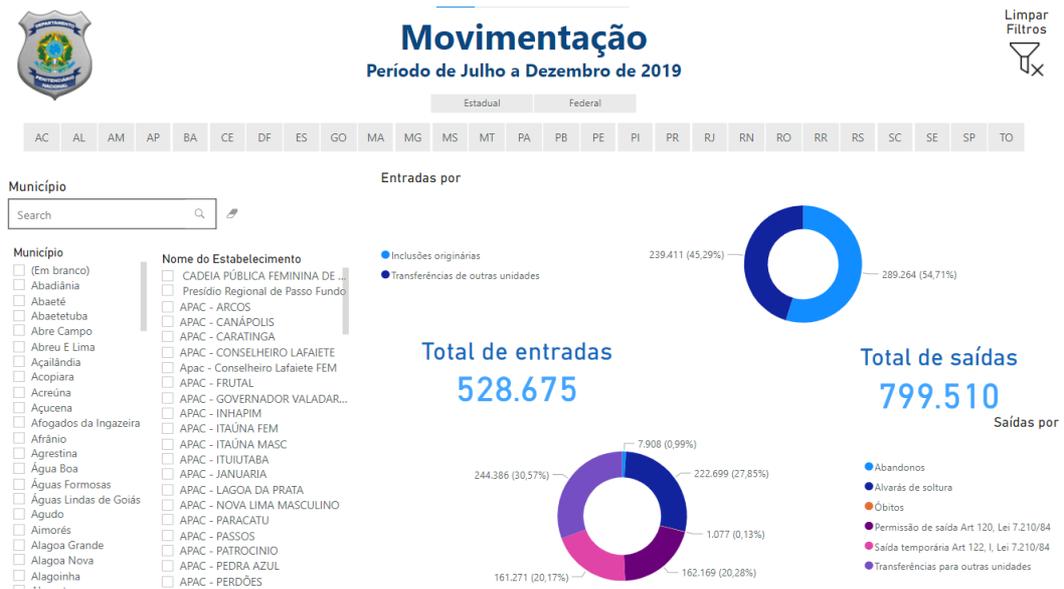
Os tópicos analisados foram debatidos com os personagens da grande reportagem e são apontados por estudiosos e ex-reeducandos como problemáticos para a desenvoltura do bom desempenho no cumprimento de pena e até mesmo autoexplicativos a respeito das motivações da população que compõe o sistema. Os dados a seguir aparecem tanto neste relatório, como no *podcast* e na grande reportagem. Uma estratégia para enfatizá-los e para que os mesmos não passem despercebidos no caso de o consumo do produto jornalístico se dar apenas por meio em um dos suportes midiáticos desta narrativa de transmídia.

7.1 Situação nacional

No índice nacional, de acordo com o último relatório do Depen (2019.2) haviam 748.009 reeducandos no Brasil, no entanto o país tinha apenas 442.349 vagas — os dados revelam um déficit em vagas de 37,2% —, eram 312.925 reeducandos a mais, o que acarreta em comorbidades, por assim dizer, relacionadas a essa situação insalubre no cárcere.

No gráfico é possível visualizar que 2019 comparado a 2017, respectivamente primeira e terceira barras rosas, teve um pior índice de superlotação, sendo a 3º pior situação de superlotação da década (FIG. 5).

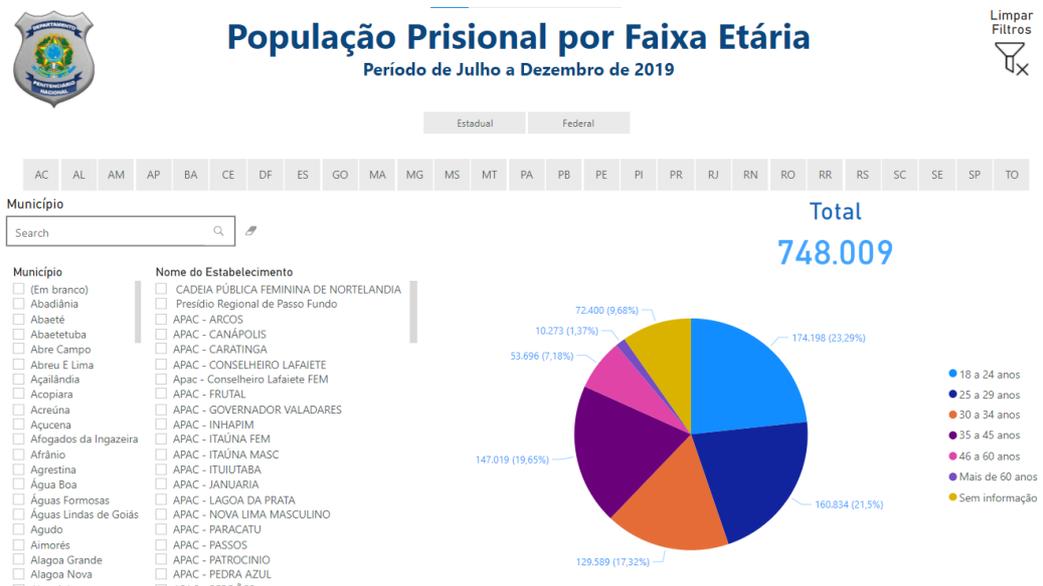
Figura 5 – Amostragem da situação prisional no Brasil na última década



Fonte: Infopen (2019.2, p.11/Informações Gerais)

A maior porcentagem de reeducandos era de jovens, 23,29% deles tinham idades entre 18 e 24 anos; 21,05% com idades entre 25 e 29 anos; 17,32% com idades entre 30 e 34 anos.

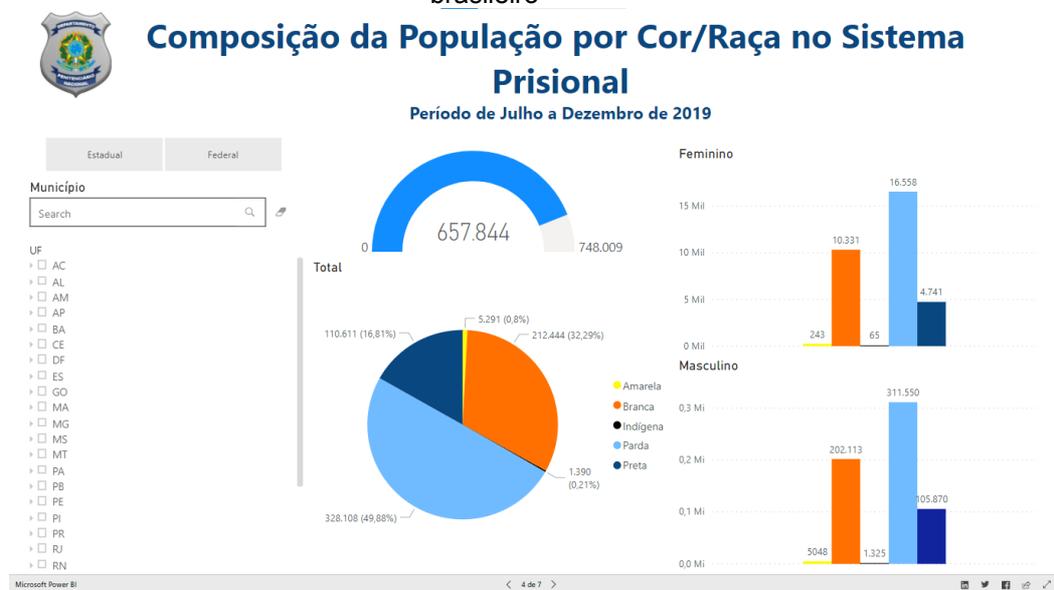
Figura 6: População prisional brasileira por faixa etária
No grafico é possível visualizar que os jovens entre 18 e 29 anos eram os que ocupavam quase metade das privações de liberdade no país



Fonte: Depen (2019.2 pg.6/Informações Gerais)

A maioria dos reeducandos são negros, pessoas que se identificam como pardos e pretos, sendo esses 66,69% da população carcerária do país, o que conforme convenção do IBGE, negro é quem se autodeclara preto ou pardo, e a população negra é o somatório dessas pessoas. A composição por cor no sistema prisional estava assim: pardos 49,88%; brancos 32,29%; pretos 16,81%; e amarelos 0,8%.

Figura 7 – Composição da população carcerária por cor no Brasil
Pretos e pardos juntos são 66,69% da população carcerária, um reflexo do contexto histórico brasileiro



Fonte: Depen (2019.2, pg. 4/Grupos Específicos)

Em nível nacional, a principal incidência por tipo penal é de crime contra o patrimônio, equivalente a 50,96% dos casos, em seguida observa-se as drogas como segundo maior propulsor de prisões. No gráfico abaixo é possível perceber que há uma diferença acentuada entre ambas às motivações por gênero.

Figura 8 – Tipo Penal

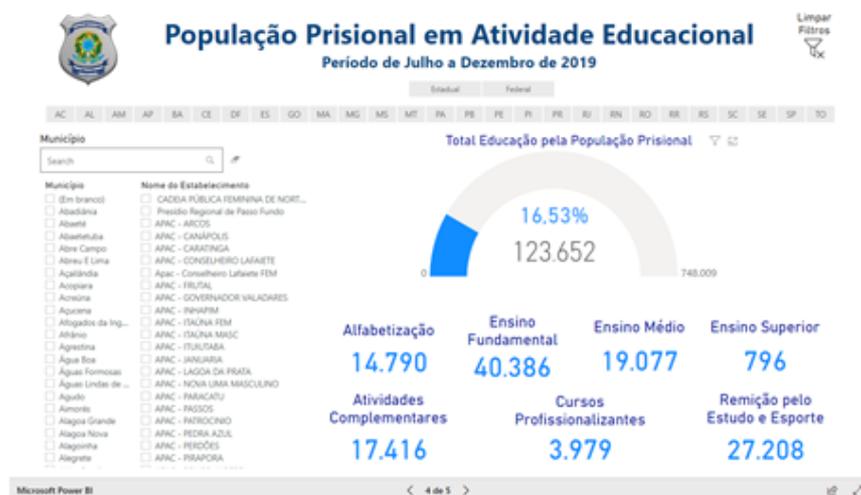
A droga aparece como a principal motivação para a prisão das mulheres, geralmente são casos de relação com o tráfico; enquanto a principal motivação dos homens é o crime contra o patrimônio, geralmente casos de roubo



Fonte: Depen (2019.2, pg. 2/Informações Criminais)

Apenas 123.652, equivalente a 16,53% dos reeducandos, estavam em atividade educacional. A maioria cursava o ensino fundamental, em seguida a classificação era assim: remissão via estudo e esporte, ensino médio, atividades complementares, alfabetização, cursos profissionalizantes e, por fim, ensino superior. E desse total apenas 10,27% dos reeducandos em laborterapia eram mulheres; os demais 89,73% eram do sexo masculino.

Figura 9 – População carcerária em atividades educacionais
Na figura é possível visualizar a distribuição de estudantes por modalidade de ensino



Fonte: Depen (2019.2, pg.4/Ações de Reintegração e Assistência Social)

Já em 2017 a população carcerária brasileira era de 726.354 pessoas, no entanto, o país tinha 423.242 vagas nos presídios, o que significava déficit de vagas de 303.112 mil, índice preocupante, mas menor que o do relatório de 2019, que registrou déficit de 312.925 vagas. A taxa de ocupação em 2017 era de 171,62% e os reeducandos eram distribuídos em 1.507 unidades prisionais, esse último dado o novo modelo de relatório do Infopen não aponta.

Tabela 3 – Pessoas privadas de liberdade no Brasil em 2017
Este é o tipo de índice presente no relatório do Infopen de 2017, menos didático, porém mais completo e considerado de referência pela própria fonte

Quadro 1. Pessoas privadas de liberdade no Brasil junho de 2017⁵

Brasil - Junho de 2017	
Total da população prisional	726.354
Sistema Penitenciário	706.619
Secretarias de Segurança e Carceragens*	19.735
Total de Vagas	423.242
Déficit de vagas	303.112
Taxa de Ocupação	171,62%
Taxa de Aprisionamento	349,78

Fonte: Depen (2017.2, pg. 4)

Porém, aquele foi um ano de destaque para o índice de aprisionamento pois foi quando se registrou o menor crescimento da população privada de liberdade entre os anos de 2006 a 2017, um índice de crescimento de apenas 0,59%, como revela a tabela abaixo.

Tabela 4 – Crescimento da população privada de liberdade no Brasil

Tabela 1. Crescimento da população privada de liberdade entre 2006 e 2017

Ano	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Crescimento	11,01%	5,28%	6,87%	4,92%	4,79%	3,69%	6,84%	5,77%	7,00%	12,28%	3,37%	0,59%

Fonte: Ministério da Justiça. A partir de 2006, dados do Infopen

Nota: Dado de 2017 referente ao primeiro semestre (crescimento semestral)

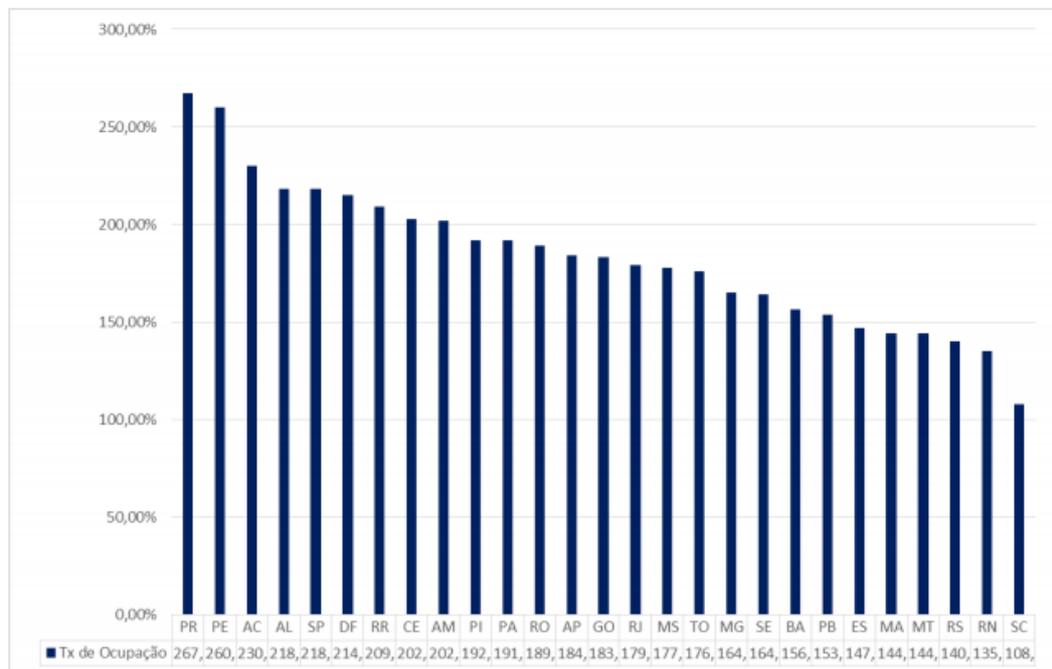
Fonte: Depen (2017.2, pg. 9)

7.2 Situação alagoana

Alagoas é destaque em índices alarmantes e que alavancam de maneira negativa a situação insalubre do sistema carcerário. De acordo com o Infopen de 2017, o Estado tinha a 4ª maior taxa de ocupação do país, equivalente a 218%; superando a média nacional que era de 171%. Em ambos os casos, observa-se situações de superlotação.

Tabela 5 – Taxa de ocupação no sistema prisional em 2017

Gráfico 14. Taxa de ocupação no sistema prisional por Unidade da Federação



No gráfico é possível observar que Alagoas tinha a quarta maior taxa de ocupação no país; este é mais um aspecto que não é possível ser analisado no relatório de 2019

Fonte: Depen (2017.2, pg. 27)

À época havia mais que o duas vezes a quantidade de pessoas encarceradas do que o número de vagas que o Estado ofertava; situação que, inclusive, não pode ser observada com o novo modelo do relatório de 2019. O que, mais uma vez, priva a sociedade de um dado significativo para a melhoria das políticas públicas voltadas à essa parcela da sociedade. Os números precisos do encarceramento estavam assim: 7.760 era a população prisional à época; sendo que havia 3.555 vagas no sistema. O déficit de vagas era de 4.205.

Tabela 6 – Capacidade do sistema prisional

No gráfico pode ser observado que todas as unidades federativas estavam superlotadas e que, ainda assim, como apontado no quadro anterior, AL tinha a quarta maior taxa de ocupação no país, quando proporcionalmente comparadas as UFs

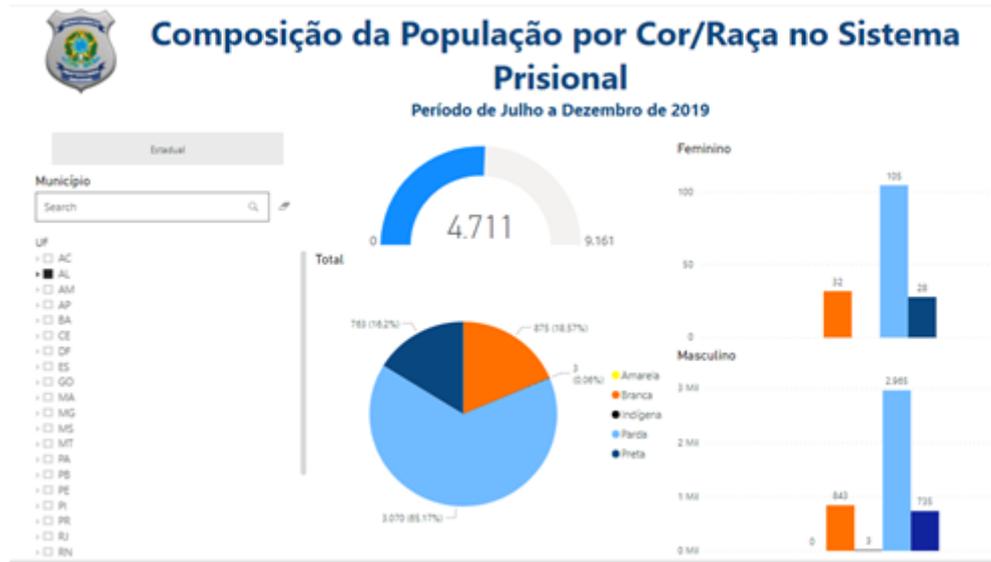
Quadro 6. Capacidade do sistema prisional e déficit de vagas por UF

Capacidade do sistema prisional e déficit de vagas por UF				
UF	Total de unidades ativas	População Prisional	Vagas no sistema	Déficit de vagas
AC	8	6.263	2.723	- 3.540
AL	10	7.760	3.555	- 4.205
AM	19	8.931	4.412	- 4.519
AP	7	2.806	1.526	- 1.280
BA	23	16.829	10.767	- 6.062
CE	149	26.863	13.264	- 13.599
DF	6	15.894	7.395	- 8.499
ES	34	20.060	13.646	- 6.414
GO	106	21.251	11.605	- 9.646
MA	44	8.766	6.079	- 2.687
MG	244	76.713	46.506	- 30.207
MS	46	16.774	9.426	- 7.348
MT	51	12.292	8.555	- 3.737
PA	46	16.490	8.600	- 7.890
PB	80	12.124	7.892	- 4.232
PE	78	31.001	11.944	- 19.057
PI	15	4.368	2.270	- 2.098
PR	32	50.029	18.723	- 31.306
RJ	50	52.691	29.495	- 23.196
RN	32	9.252	6.873	- 2.379
RO	50	11.394	6.028	- 5.366
RR	6	2.579	1.234	- 1.345
RS	105	36.174	25.813	- 10.361
SC	49	21.558	20.030	- 1.528
SE	9	4.888	2.975	- 1.913
SP	168	229.031	139.881	- 89.150
TO	40	3.573	2.025	- 1.548
Brasil	1.507	726.354	423.242	303.112

Fonte: Depen (2017.2, pg. 22)

Por sua vez, a população carcerária parda e preta de 2019 em Alagoas era de 81,37%, muito superior à média nacional naquele ano, que era de 66,69%, um reflexo social do mesmo Estado que é o 5º do país no *ranking* dos estados onde mais se mata negros, de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2018.

Figura 10 – Composição carcerária alagoana por cor
O índice da população negra no Estado supera a média nacional

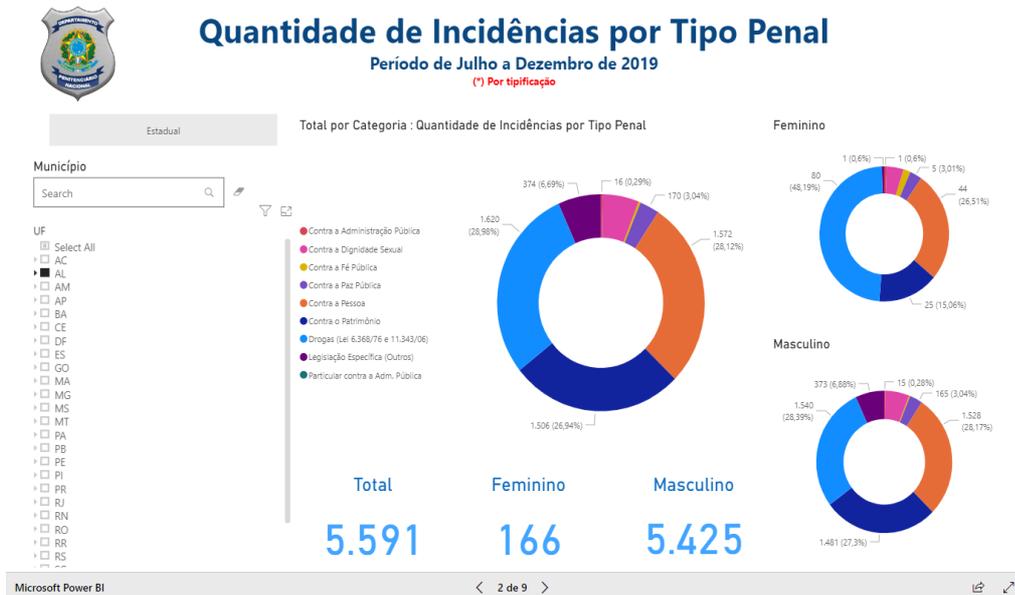


Fonte: Depen (2019.2, pg.4/Ações de Reintegração e Assistência Social)

Na grande reportagem, a pesquisadora da Universidade Federal de Alagoas, Dra. Elaine Pimentel, líder do Grupo de Pesquisa “Núcleo de Estudos e Políticas Penitenciárias” pelo CNPq, relaciona que o grande índice de pessoas negras povoando o Sistema Carcerário Alagoano tem relação com fatores históricos do nordeste brasileiro, pontuando que o período da escravidão deixou sequelas sociais gravíssimas nesse povo que em sua maioria compõe as periferias e as classes marginalizadas. E citou a necessidade de as políticas públicas se esforçarem ainda mais para o fim das diferenças sociais entre brancos e negos. Questão muito debatida nas ciências humanas.

Transformações políticas, institucionais e normativas fizeram com que o debate acerca da discriminação racial tomasse uma proporção maior na sociedade brasileira – inclusive entre os poderes Legislativo e Judiciário – e levaram as demandas relativas à promoção da igualdade racial a fazer parte da agenda institucional do governo federal. No entanto, as diferenças sociais, econômicas, políticas e culturais entre brancos e negos ainda são significativas. (SOUZA; PAULINO, 2014, p. 4)

Figura 11 – Quantidade de incidências por tipo penal
Exposição das motivações para a prisão de pessoas em Alagoas



Fonte: Depen (2019.2, pg. 3/Informações Criminais)

Com relação ao motivo para a prisão de reeducandos no Estado, os dados se assemelham a situação nacional. As mulheres aqui também têm por motivação as drogas, geralmente ligadas ao tráfico; enquanto os homens têm por motivação os crimes contra a pessoa.

7.3 Presídio de referência nacional: NRC

O Sistema Carcerário Alagoano está cada vez mais em evidência na mídia quando se trata de ressocialização. Os dados positivos são colocados em destaque, mas pouco se é questionado o fato de apenas um presídio adotar postura humanizada no tratamento para com o reeducando, unidade prisional essa — o Núcleo Ressocializador da Capital (NRC) — que é a única responsável pelos dados positivos no Estado.

O NRC parece uma utopia diante do cenário nacional e, até mesmo, quando comparando-o aos demais presídios de Alagoas. Lá os privados de liberdade estudam, trabalham, praticam esporte, têm acesso a lazer, vivem de celas destrancadas — chamadas de módulos de convivência — e convivem com policiais penais sem armas. Um dos resultados desse tratamento é o baixo índice de reincidência prisional, que se estabeleceu em 2% nos últimos três anos, enquanto os

demais presídios do Estado teve uma média de 33% de reincidência em 2019, de acordo com a Secretaria de Estado de Ressocialização e Inclusão Social (Seris). Além do mais, o presídio conseguiu, pela primeira vez com que um reeducando viesse a colar grau após cursar toda a graduação de nível superior no Sistema Prisional do Estado.

No entanto, é paradoxal o fato de o sistema carcerário de um mesmo Estado ter os índices mais alarmantes no que diz respeito ao analfabetismo e, também, ser destaque nacional no método adotado para a ressocialização. Certamente, a disparidade acontece porque apenas 157 apenados têm acesso ao NRC, enquanto o Estado tem 9.161 encarcerados no sistema, ou seja, apenas 1,7% têm os seus direitos respeitados pelo Estado alagoano. Estes números são de 2019, e estão presentes no mais recente Infopen.

Os demais reeducandos, segundo depoimentos de pessoas em regime semiaberto e também conforme Pimentel e Vasconcelos (2017) pesquisadoras da área — que publicaram o livro *Reconstruindo Elos*, resultado de um projeto de extensão desenvolvido há três anos no complexo penitenciário, com descrições a respeito de diversos presídios do sistema —, a situação é a mais comum encontrada em todo o país: desumana e insalubre.

O projeto Reconstruindo Elos promove a integração da sociedade civil organizada nesse processo, mostrando que é possível diminuir as distâncias impostas pelo encarceramento, e acredita ter a missão de contribuir para que o futuro egresso, através das atividades desenvolvidas, retorne ao convívio na sociedade, com opiniões críticas sobre seu meio e com a consciência de que faz parte dessa sociedade, para assim interferir nela de maneira salutar, além de comprovar por meio de ações que há possibilidade, embora remota de esses serem reinseridos no meio social. (PIMENTEL; VASCONCELOS, 2017, p. 44)

Os números revelam a falta de assistência pública para com a transformação social dessa parcela da sociedade, que, hora ou outra, voltará à engrenagem social com reflexos do que se passou naquele ambiente.

8 DIFICULDADES, APRENDIZAGENS E SUPERAÇÕES DE UMA REPÓRTER EM CAMPO

Revelar e lutar pelo fim das mazelas sociais é uma tarefa intrínseca ao jornalismo. Com o interesse de provocar a sociedade e, em especial, as gestões governamentais se fez necessário abordar uma pauta com sérias problemáticas para este Trabalho de Conclusão de Curso.

Com a ascendência do discurso da direita brasileira de que “bandido bom é bandido morto”, uma discussão defendida, inclusive, por representantes do povo: uma classe de políticos que ferem os direitos sociais, foi despertado o interesse em contribuir por meio do jornalismo com a problematização desse tipo de discurso, revelando as faces da ressocialização no país, com um recorte alagoano.

Foram mais de dois anos com o tema em mente para a realização deste Trabalho de Conclusão de Curso, mas somente há nove meses, com o início da pandemia da Covid-19 foi que definitivamente me dediquei à produção, dando início às primeiras linhas da grande reportagem multimídia, ao aprofundamento na apuração dos dados e entrevistas com personagens.

Um tema desafiador, que envolve questões históricas; sérios problemas sociais como a violência, o insuficiente acesso à educação, saúde e trabalho; a falta de respeito à pluralidade de gênero, sexual, cultural e demais situações que envolvem a assistência social. Foi difícil não dar espaço ao envolvimento emocional com este problema e o desafio foi, justamente, nos distanciar das revoltas que cercam o assunto e escrever em conformidade com o Código de Ética do Jornalismo, atuando em defesa da democracia, igualdade, direitos humanos, transparência e contra a corrupção.

Além das dificuldades pessoais, as mais difíceis foram as institucionais. Se fez necessária autorização de juiz da vara criminal para a realização da reportagem, a oficialização de autorizações por parte dos entrevistados, a falta de responsabilidade e transparência com os dados por parte do governo federal e o desinteresse da Secretaria de Ressocialização de Alagoas em contribuir com o tema visto pelos gestores de maneira negativa, já que são sabidas as críticas ao modelo de ressocialização predominante no país e no Estado.

Outro ponto a ser considerado é a dificuldade na apuração em decorrência da pandemia. O material pensado inicialmente para compor a grande reportagem teve

que ser reformulado, já que as visitas ao sistema prisional, já autorizadas por juiz da vara criminal precisaram ser suspensas. Uma única visita foi realizada, justamente há dois anos, quando a pauta surgiu em mente, à época pautada durante o estágio em uma redação de webjornalismo de Alagoas.

Para atender a dinamicidade e despertar interesse ao público foram produzidos materiais que visam enriquecer a difusão do conteúdo jornalístico multimidiático sendo eles o *podcast*, *art jornal*, gráficos, texto, vídeo e fotografia. São produtos da superação da inviabilidade do projeto inicial, que seria um produto audiovisual acompanhado da grande reportagem.

Muitas etapas constituíram a produção da grande reportagem, como pauta, roteiro, entrevistas, edição, criação de *website*, produção de identidade visual para o produto, criação do *art jornal* e revisão. Esses processos requereram uma série de detalhes intrínsecos ao formato.

9 CONCLUSÃO

Este trabalho tem o compromisso de, por meio do jornalismo, combater e denunciar as mazelas sociais inerentes ao modelo de ressocialização praticado no Brasil para privados de liberdade. Evidenciando dados, depoimentos e denúncias a grande reportagem se aproxima da linguagem da massa usando suportes midiáticos que pretendem tornar o conteúdo rico em minuciosidades, didático, acessível e de fácil compreensão.

Visto que o jornalismo tem como obrigação social a propagação de informações de interesse público, inerentes à vida em sociedade, a reportagem tem como pauta um tema estereotipado e que está distante dos olhos e ouvidos do povo, geralmente apenas entre “quatro paredes apertadas e trancadas”.

Com um recorte do Sistema Prisional Alagoano, a análise questiona se a ressocialização, como se é praticada, tem efeitos positivos para a sociedade e, especialmente, para quem é punido e reinserido à vida em comunidade após ter praticado crime. Denuncia os índices alarmantes acerca do tema, a exemplo da superlotação, a triste realidade educacional e a falta de acesso a políticas públicas. O conteúdo jornalístico cumpre o papel de ‘dar voz’ a este problema da sociedade, e respeita as pautas periféricas, abordando questões das populações marginalizadas.

Não é à toa decidimos analisar o cárcere em Alagoas, pois esse sistema carcerário é um bom exemplo para evidenciar que as boas práticas de ressocialização podem ter retornos benéficos, tendo em vista os índices positivos da aplicação de penas cumpridas no modelo prisional considerado de referência nacional, um dos eixos desta análise. Uma verdadeira disparidade em relação aos demais módulos de Alagoas e até mesmo do país. Unidade onde a reincidência prisional foi de 2% nos últimos três anos, enquanto a média dos demais presídios do Estado foi de 33% em 2019, conforme dados da Secretaria de Estado de Ressocialização e Inclusão Social (Seris).

Outro ponto decisório para o recorte dessa unidade federativa é a situação educacional da população carcerária. Os relatórios nacionais do Depen analisados (dos segundo semestres de 2017 e 2019) apontaram que o Estado tinha o pior índice de analfabetismo, proporcionalmente comprando, e era terceiro com o menor número de estudantes “atrás das grades”.

Sérios problemas que levantam questionamentos preocupantes sobre o futuro inserto dessa população, mas que pouco gera comoção social. Distante da sensibilidade do povo brasileiro e fruto do sistema, milhares de vidas são 'excluídas temporariamente', pois hora ou outra elas retornarão para o seio da sociedade. Então fica a seguinte provocação, *Ressocialização: quem se vale deste direito?*

Por meio de entrevistas, a grande reportagem traz a contextualização histórica sobre quem ocupa as celas e relatos a respeito dos motivos indiretos que levaram milhares de brasileiros para trás das grades. Dando voz a atores estratégicos que estão envolvidos com a questão do cárcere, sendo eles ex-reeducandos; cientista; justiça; estado e sociedade.

As discussões apontam para a necessidade de o estado brasileiro e suas unidades federativas cumprirem as leis, assim, estando compromissadas com os direitos humanos e as boas práticas nas ações de reintegração e assistência social para reeducandos, oportunizando, como lhes são de direito, uma nova vida após o cumprimento de pena. Sendo assim, é possível estimular e oferecer oportunidades básicas a esses sujeitos que, na maioria dos casos, nunca antes lhes foram dadas.

A reportagem pretende, ainda, despertar na sociedade a conscientização a respeito da importância da ressocialização, para que o povo defenda esse direito que traz benefícios a todos.

REFERÊNCIAS

AERP. **Levantamento aponta que o Brasil já é o segundo mercado em consumo de podcast no mundo**. Associação das Emissoras de Radiodifusão do Paraná, Paraná, 19 de novembro de 2019. Disponível em: <<https://aerp.org.br/geral/levantamento-aponta-que-o-brasil-ja-e-o-segundo-mercado-em-consumo-de-podcast-no-mundo/>>. Acesso em: 13 out. 2020.

ALVES, Cicero. **Educação e Ressocialização no Sistema Prisional: a execução da pena e a experiência de educação superior à distância no Núcleo Ressocializador da Capital**. Maceió, AL, 2017.

ANALFABETISMO, Taxa de. **Plano Nacional de Educação (PNE)**, 2017. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/21255-analfabetismo-cai-em-2017-mas-segue-acima-da-meta-para-2015>>. Acesso em: 21 jun. de 2020.

BARBOSA, J. B; MOREIRA, B. D. **O podcast na sociedade e juventude**. XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste. Anais. Campo Grande, 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BARROS, Clóvis de e CORTELLA Mário Sérgio. **Ética e vergonha na cara!** São Paulo: Papyrus 7 Mares 2014.

BURGESS, Jean e GREEN, Joshua. **YouTube e a revolução digital: como o maior fenômeno da cultura participativa transformou a mídia e a sociedade**. São Paulo: Aleph, 2009.

CASTILHO, Carlos. **Jornalismo multimídia online desafia rotinas e valores da profissão e da sociedade**. Observatório da Imprensa, Rio Grande do Sul, 25 de setembro de 2009. Disponível em:

<<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/codigo-aberto/jornalismo-multimedia-online-desafia-rotinas-e-valoresda-profissao-e-da-sociedade/>>. Acessado em: 27 set. 2020.

COMITÊ GESTOR da Internet no Brasil – CGI.br. **Cultura e Tecnologias no Brasil:** um estudo sobre as práticas culturais da população e o uso das tecnologias de informação e comunicação. Disponível em: <<https://www.cetic.br/pt/publicacao/cultura-e-tecnologias-no-brasil/>>. Acesso em: 20 de out. de 2020.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. **Infopen**, Brasília, DF, 2017 e 2019. Disponível em: <<http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen>>. Acesso em: 20 fev. 2019.

FENAJ. **Código de Ética do Jornalismo**. 2014. Disponível em: <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf>. Acesso em: 10 fev. de 2020.

FERRAZ, Nivaldo. **Podcast e radiojornalismo: uma aproximação entre a mídia formal e as novas experiências de produção e escuta**, Revista Novos Olhares, São Paulo, 2020.

FERRARI, Maria Helena e SODRÉ Muniz. **Técnica de reportagem – notas sobre a narrativa jornalística**. São Paulo: Summus, 1986.

FÓRUM BRASILEIRO de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**, São Paulo, SP, 2018. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/>> Acessado em: 20 fev. 2019.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalheite. 42ª edição. Petrópolis: Vozes, 2014.

LEI de Execução Penal – **Lei nº 7.210, de 11 de Julho de 1984**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm>. Acesso em: 21 mar. de 2020.

LELIS, Elisangela. **Ressocialização: O desafio da educação no sistema prisional feminino**, São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v30n81/a03v3081.pdf>>. Acesso em: 9 ago. 2020

LENZI, Alexandre. **Já temos uma alternativa para a reportagem multimídia no Brasil?** Florianópolis, 2015. Disponível em: <http://www.ciberjor.ufms.br/ciberjor6/files/2015/03/LONGHICIBER_JOR.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2020.

MELO, José Marques de. **Jornal semanal da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**, São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://intercom.org.br/boletim/a05n133/destaque06.shtml>>. Acesso em: 25 Jan. 2020.

PIMENTEL, Elaine e VASCONCELOS, Ruth. **Reconstruindo elos**. Maceió: Edufal, 2017.

SANTAELLA, Lucia. **Navegar no ciberespaço: o perfil cognitivo do leitor imersivo**. São Paulo: Paulus, 2004.

SANTOS, Clariza. **Alagoas é o estado onde mais se mata homens jovens e negros, aponta anuário**. Gazetaweb, Alagoas, 25 de julho de 2019. Disponível em: https://gazetaweb.globo.com/portal/noticia/2019/06/alagoas-e-o-estado-que-mais-mata-homens-jovens-e-negros-aponta-anuario-_78334.php. Acessado em: 02 out. 2020.

SOUZA, Cecília Bizerra e PAULINO Fernando Oliveira. **Comunicação e igualdade racial: atuação de movimentos negros na 1ª Conferência Nacional de Comunicação**, Brasília, 2014. Acesso em: 10 de outubro de 2020. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2014/resumos/R9-2575-1.pdf>>.

VARGAS, Mario. **A civilização do espetáculo**. Tradução por Ivone Benedetti, São Paulo: Objetiva, 2012.

APÊNDICE A – Roteiro do podcast

ROTEIRO DO PODCAST – MÍDIA ATIVISTA

OLÁ / EU SOU PATRÍCIA MENDONÇA / E VOCÊ ESTÁ OUVINDO O PROGRAMA PILOTO DO MÍDIA ATIVISTA // ESTE / QUE É PARTE DO RESULTADO DE UM PROJETO EXPERIMENTAL MULTIMIDIÁTICO / DO MEU TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO DO CURSO / DE JORNALISMO NA UFAL //

E A PAUTA É: (CONTINUIDADE DO SOM INTRODUTÓRIO) RESSOCIALIZAÇÃO NO SISTEMA CARCERÁRIO ALAGOANO

A REINCIDÊNCIA PRISIONAL EM ALAGOAS FOI DE MENOS DE 2% NOS ÚLTIMOS 3 ANOS PARA PESSOAS QUE / ENQUANTO ESTAVAM PRIVADAS DE LIBERDADE / TIVERAM ACESSO AO MÓDULO PRISIONAL TIDO COMO REFERÊNCIA NACIONAL /

JÁ A MÉDIA DE TODO SISTEMA PRISIONAL ALAGOANO FOI DE 33% EM 2019

O MÓDULO PRISIONAL EM DESTAQUE É APENAS UM ENTRE AS 10 UNIDADES DE ALAGOAS / LÁ SE É ADOTADA UMA POSTURA HUMANIZADA NO TRATAMENTO PARA COM O REEDUCANDO / VALORIZANDO A EDUCAÇÃO E O TRABALHO /

PREMISSAS BÁSICAS DA RESSOCIALIZAÇÃO //

O NÚCLEO RESSOCIALIZADOR DA CAPITAL / É O RESPONSÁVEL PELAS ESTATÍSTICAS POSITIVAS / TENDO / INCLUSIVE / O RECONHECIMENTO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE ALAGOAS POR TER IMPULSIONADO A PRIMEIRA PESSOA PRIVADA DE LIBERDADE NO ESTADO / E UMA DAS PRIMEIRAS DO BRASIL / A INICIAR E CONCLUIR UMA FORMAÇÃO ACADÊMICA ENQUANTO ESTAVA ATRÁS DAS GRADES /

UM VERDADEIRO EXEMPLO DE TRANSFORMAÇÃO ADMINISTRATIVA / POIS O AQUELE PRESÍDIO JÁ FOI O NRC 'PALCO' DE REBELIÕES HISTÓRICAS, NO ENTÃO RUBENS QUINTELA, FECHADO EM 2007 / E SOMENTE NO ANO EM QUE FOI FECHADO / EM 2007 / — SEGUNDO PUBLICAÇÕES DE JORNAIS DA ÉPOCA —, FORAM DESCOBERTOS 17 TÚNEIS NAS CELAS E ACONTECEU / 47 TENTATIVAS DE FUGAS //

HOJE / APÓS 9 ANOS DE REFORMULAÇÃO / O NÚCLEO SUPEROU O DISTANTE PASSADO / NO ENTANTO APENAS 1,2% DA POPULAÇÃO CARCERÁRIA ALAGOANA / ISTO MESMO 1,2% / FAZ PARTE DO PRESÍDIO // O NÚMERO SIGNIFICA QUE APENAS 111 PESSOAS / EM UM UNIVERSO DE 9.161 REEDUCANDOS ESTÃO TENDO A OPORTUNIDADE DE RECUPERAÇÃO DIGNA PARA PESSOAS QUE COMETERAM CRIME / / OS DADOS SÃO DO LEVANTAMENTO MAIS RECENTE DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL (O DEPEN) DO SEGUNDO SEMESTRE DE 2019 /

SOM DA TRILHA SONORA (SUSPENSE/ TRISTEZA/ PROVOCATIVA??!)

E PARA APROFUNDAR AS DISCUSSÕES A RESPEITO DESTA PROBLEMÁTICA / O MÍDIA ATIVISTA VAI CONVERSAR COM UMA SÉRIE DE PESSOAS QUE ENTENDEM BEM DO ASSUNTO / E VOCÊ VAI CONHECER ÀS MÚLTIPLAS PERSPECTIVAS NO DECORRER DO EPISÓDIO

ENTÃO FICA ATENTO //

VAMOS COMEÇAR COM A PROFESSORA DA UFAL / DRA. ELAINE PIMENTEL / LÍDER DO GRUPO DE PESQUISA “NÚCLEO DE ESTUDOS E POLÍTICAS PENITENCIÁRIAS” / PELO CNPQ//

OLÁ / PROFESSORA / SEI DA SUA AMPLA ATUAÇÃO NO TEMA / COM PUBLICAÇÕES A RESPEITO / INCLUSIVE TIVE A OPORTUNIDADE DE LER ALGUMAS DELAS /

PROFESSORA / A MINHA PESQUISA USA OS DADOS DO INFOPEN DO SEGUNDO SEMESTRE DE 2019 E 2017 COMO BASE DOS DADOS / E NELES PUDE PERCEBER QUE O ESTADO SUPERA MUITOS ÍNDICES NACIONAIS DE MANEIRA NEGATIVA: A EXEMPLO DA SUPERLOTAÇÃO / POPULAÇÃO CARCERÁRIA NEGRA / ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS / ENTRE OUTRAS... QUAL É A SUA PERSPECTIVA A RESPEITO DESTA SITUAÇÃO?

A SRA TEM OBSERVADO OS DADOS REVELAM UM PEQUENO AVANÇO ENTRE ESTES DOIS QUATRO ANOS / ISTO É PERCEBIDO NA PRÁTICA?

[DEMAIS PERGUNTAS]
FINALIZAÇÃO COM A ELAINE PIMENTEL

AGORA VAMOS CONVERSAR COM O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE ALAGOAS / O DESEMBARGADOR TUTMÉS AIRAN // ELE QUE É EX-COORDENADOR DO PROGRAMA “COMEÇAR DE NOVO EM ALAGOAS” E QUE ATUA E JÁ ATUOU MUITO EM PROL DESTA PAUTA

OLÁ TUTMÉS / OBRIGADA PELA SUA PARTICIPAÇÃO

[PERGUNTAS]
FINALIZAÇÃO COM O TUTMÉS

AGORA VAMOS CONVERSAR COM QUEM DEU OPORTUNIDADE DE TRABALHO A EX-REEDUCANDOS E QUE TAMBÉM É ESTUDIOSO DO TEMA / RONALDO MEDEIROS

RONALDO, VOCÊ QUE É GESTOR DE UM ÓRGÃO PÚBLICO, COMO AVALIA A IMPORTÂNCIA DE A SOCIEDADE OFERECER ESTE TIPO DE OPORTUNIDADE E / PRINCIPALMENTE / O ESTADO?

COMO É A VIVÊNCIA DESSES REEDUCANDOS NO ÓRGÃO / O RENDIMENTO DELES COMPARADO AOS DEMAIS? E COMO OS DEMAIS

TRABALHADORES/SERVIDORES PÚBLICOS LIDAM COM OS REEDUCANDOS?
ELES SABEM QUE ESSAS PESSOAS FAZEM PARTE DESTE PROGRAMA?

ENQUANTO GESTOR, VOCÊ RECOMENDA ESTA MÃO DE OBRA PARA OS
DEMAIS SETORES DA SOCIEDADE?

[PERGUNTAS]

FINALIZAÇÃO COM RONALDO MEDEIROS

BOM / MUITO TENTAMOS POR MEIO DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DA
SECRETARIA DE RESSOCIALIZAÇÃO / MAS NÃO CONSEGUIMOS A
PARTICIPAÇÃO NESTE EPISÓDIO DO CORONEL MARCOS SÉRGIO /
SECRETÁRIO DA PASTA // E NEM DE NENHUM REPRESENTANTE DO ÓRGÃO

APENAS NOS FORAM ENVIADAS RESPOSTAS ÀS NOSSAS PERGUNTAS POR
ESCRITO / PELA PRÓPRIA ASCOM DA SECRETARIA / NÃO DANDO
OPORTUNIDADE PARA QUESTIONAMENTOS MAIS APROFUNDADOS / A
EXEMPLO DO PRINCIPAL DELES:

PORQUE EM ALAGOAS O MODELO DO NÚCLEO DE RESSOCIALIZAÇÃO AINDA
NÃO FOI EXPANDIDO / TENDO EM VISTA A EFICÁCIA DO PROGRAMA?

EM ENTREVISTA AO PROGRAMA DO GERALDO CÂMARA <
[HTTPS://WWW.YOUTUBE.COM/WATCH?V=XJ5QLAQDLO0&T=1638S](https://www.youtube.com/watch?v=XJ5QLAQDLO0&T=1638S) > / O
SECRETÁRIO PRONTAMENTE RESPONDEU ALGUNS DOS QUE TAMBÉM
FAZEM PARTE DOS NOSSOS QUESTIONAMENTOS / OUTROS PERMANECEM
PENDENTES POR AQUI...

VAMOS OUVIR ALGUNS TRECHOS

4'32 CUSTO SOCIAL E ECONÔMICO

O SECRETÁRIO FALOU SOBRE O PERCENTUAL DE RESSOCIALIZAÇÃO
9'33 A 9'58

EM UM TRECHO DA ENTREVISTA / O SECRETÁRIO CHEGA A CITAR SOBRE O
ESTADO CONCEDER A RESSOCIALIZAÇÃO / DANDO A ENTENDER QUE HÁ
UMA AMPLA OPORTUNIZAÇÃO / O QUE CONTRADIZ COM O QUE
DIZEM REEDUCANDOS E EX-REEDUCANDOS /
18'23 A 18'29

BENEFÍCIOS PARA O EMPREGADOR
11'4 A 12'00

BOM, COM ESTA PAUTA, O MÍDIA ATIVISTA PRETENDE CUMPRIR O PAPEL
DEMOCRÁTICO DO JORNALISMO NA DISCUSSÃO DE PAUTAS SOCIAIS —
ABORDANDO O ACESSO A REGENERAÇÃO MORAL E SOCIAL POR MEIO DA
EDUCAÇÃO E DO TRABALHO PARA PESSOAS QUE COMETERAM CRIME. O
TEMA SURGE COMO UMA RESISTÊNCIA PERANTE AOS 'IDEAIS DE PENA' DE
UMA PARCELA SIGNIFICANTE DA SOCIEDADE BRASILEIRA, JUSTAMENTE

NESTE PERÍODO EM QUE ÀS CIÊNCIAS QUE ESTUDAM A COMPLEXIDADE DAS RELAÇÕES HUMANAS, E ESPECIFICAMENTE O SISTEMA CARCERÁRIO, ESTÃO SENDO DESLEGITIMIZADAS POR IDEOLOGIAS POLÍTICAS QUE FEREM OS DIREITOS SOCIAIS E HUMANOS.

COM ROTEIRO DE PATRÍCIA MENDONÇA /
PRODUÇÃO DE PATRÍCIA MENDONÇA /
EDIÇÃO DE SOM POR PATRÍCIA MENDONÇA E FRYDA PRODUÇÕES /
PARTICIPAÇÕES DE ELAINE PIMENTEL/ TUTMÉS AYRAN/ E RONALDO
MEDEIROS /
ESTE EPISÓDIO USOU ÁUDIO DO PROGRAMA GERALDO MAGELA /
E REVISÃO POR ANTÔNIO DE FREITAS

O MÍDIA ATIVISTA VAI FICANDO POR AQUI / ATÉ UMA PRÓXIMA / PESSOAL///

APÊNDICE B – Perguntas às fontes para o *podcast*

ENTREVISTADO - Presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas, desembargador Tutmés Airan, ex-coordenador do programa “Começar de Novo em Alagoas

1 - Introdução ao público sobre o papel da Justiça no sistema carcerário e especificamente o papel de um juiz de vara criminal;

2 - Com relação à sociedade, como tem observado o posicionamento do povo para com esta pauta? Cada vez mais o discurso de “bandido bom é bandido morto” tem ganhado força, a que você atribui e quais são as consequências disso?

3,23

4 - Apesar de o Estado ter tido avanços em ações de reintegração e assistência social nos últimos anos, apenas 11,06% da população carcerária está em atividades de laborterapia, como você avalia este número? A média nacional é de 19,28%.

6.43

5 - A questão educacional no Estado, apesar de ser destaque nacional, tem índices preocupantes, apenas 4,76% está estudando ‘atrás das grades’. A média nacional é de 16,53%. O que a Justiça pode fazer para mudar esta realidade?

6 - O Núcleo de Ressocialização (NR), presídio alagoano que é considerado de referência no país, é apontado por reeducandos e estudiosos da área como um modelo infalível. A Justiça não vê como problemático oportunizar a ressocialização apenas para quem já tem este perfil de interesse? Será que realmente vai haver uma transformação social significativa com esse feito?

7 - Abordando especificamente o caso do Cícero Alves — o agora ex-reeducando que recebeu diploma de bacharel em Administração no TJAL em 2019, sendo o primeiro a este feito no Estado e um dos primeiros do Brasil —, à época o Sindpol repudiou a homenagem ao então detento. Gostaria de saber a sua perspectiva a respeito desse posicionamento do sindicato, que inclusive tem similaridade com os argumentos de grande parcela da sociedade;

8 - De acordo com dados, a principal motivação para muitos alagoanos estarem atrás das grades é o tráfico de drogas. Como você avalia a atenção do Estado (em âmbito federal) para com essa problemática? Qual a sua perspectiva da política antidrogas no Brasil?

9 - O número de presos provisórios supera os do regime fechado em Alagoas, quais são as consequências desta situação? O que a Justiça alagoana tem feito para mudar isso?

10 - Vamos finalizar com você falando sobre qual é a contribuição que a sociedade pode dar para ajudar o Estado e a Justiça na implementação de políticas públicas que venham transformar vidas encarceradas.

ENTREVISTADO - Ronaldo Medeiros, gestor de órgão público que concedeu oportunidade de trabalhos para reeducandos em sua gestão à frente da pasta.

1 - Você que é diretor de um órgão público, como avalia a importância de o Estado e a sociedade oferecerem esse tipo de oportunidade?

2 - Como é a vivência desses reeducandos no órgão, o rendimento deles comparado aos demais; e como os demais trabalhadores, servidores públicos lidam com os reeducandos, eles sabem que essas pessoas são reeducandas?

3 - Enquanto gestor, você recomenda esta mão de obra para os demais setores da sociedade?

ENTREVISTADO - Coronel Marcos Sérgio E Seris (esta entrevista não aconteceu, as respostas foram enviadas por e-mail pela secretaria)

1 - Secretário, explique para a sociedade sobre a importância da ressocialização e, em especial, o compromisso com a mesma que o governo do estado e a sua gestão tem tido;

2 - Como avalia a situação carcerária alagoana? quais são as políticas públicas que estão sendo estudadas e/ou aplicadas para solucionar os problemas existentes de superlotação, educação e até mesmo assistências básicas como saúde e jurídica?

3 - Sabemos que o estado tem um presídio considerado referência nacional no tratamento para com o reeducando, conta um pouco sobre como acontece a ressocialização no núcleo e como é o processo seletivo para que um reeducando possa cumprir a pena nele;

4 - Qual é o índice de reincidência criminal nos últimos cinco anos no núcleo de ressocialização e qual é o mesmo índice avaliando em conjunto os demais presídios?

5 - 11,06% da população carcerária está em atividades de laborterapia, como você avalia este número e o que o estado tem feito para alavancar esse índice? a média nacional é de 19,28%.

5 - Por que as mulheres são as que menos têm acesso às políticas públicas de ressocialização no cárcere em alagoas? no caso da laborterapia, por exemplo, dos 11,06% total, apenas 14,09% são mulheres, os 85,1% a mais são homens.

6 - A questão educacional no estado, apesar de ser destaque nacional, tem índices preocupantes, apenas 4,76% está estudando atrás das grades. apesar de observarmos uma ascensão neste dado nos últimos anos, por que um número ainda está tão abaixo da média nacional que é de 16,53%?

7 - Vamos finalizar com você falando sobre o que a sociedade pode fazer para ajudar os programas de ressocialização.

ENTREVISTADA - Elaine Pimentel, líder do Núcleo de Estudos e Políticas Penitenciárias, pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

1- Porque a população carcerária alagoana é parda e preta é muito superior à média nacional? - População carcerária parda e preta em 2019 em Alagoas era de 81,37%, muito superior à média nacional naquele ano, que era de 66,69%.

2- Alagoas não tem uma política de vagas específicas destinadas à grupos específicos: como LGBT, indígenas, idosos, pessoas com deficiência, estrangeiros (há apenas 12 vagas para deficientes), no que isto pode comprometer na ressocialização do recluso de liberdade? No país há 12.105 mil vagas dessas, a maioria para deficientes físicos e LGBT. (AL tem 3 indígenas na prisão, todos homens; e 7 deficientes físicos, sendo um cadeirante)

3- Sabemos que o principal motivo de muitos alagoanos estarem atrás das grades é o tráfico de drogas. Como você avalia a atenção do Estado, em âmbito federal, para com essa problemática nacional?

4- Em nível nacional, a principal incidência por tipo penal foi contra o patrimônio, equivalente a 50,96% dos casos, em seguida observa-se às drogas como segundo maior propulsor às prisões. No gráfico abaixo é possível perceber que há uma diferença acentuada entre ambas às motivações por gênero. Professora, conforme suas pesquisas, porque os crimes das mulheres estão mais relacionados ao envolvimento com drogas? Em AL, o índice supera novamente a média nacional.

Respostas em áudio, disponíveis em:
<https://drive.google.com/drive/folders/1kIDQmMPp81Eyv5zPc6aIWQBp0mvRsORs?usp=sharing>

APÊNDICE C – Perguntas aos reeducandos

Cícero Alves

- 1- A ressocialização no Núcleo está em destaque na mídia por ser considerado um presídio de referência nos métodos adotados para a ressocialização. Você realmente sentiu essa essa eficácia nos procedimentos adotados?
- 2- Em seu TCC você citou que os reeducandos, logo nos primeiros dias de prisão tem seus direitos básicos violados, quais são os tipos de violação?
- 3- Quais são as diferenças entre o Núcleo de Ressocialização e os presídios convencionais?
- 4- Quando detido, a vida de um infrator está nas mãos do Estado e, em modos gerais, o que o Estado faz com isso?
- 5- De acordo com a Seris você é o primeiro reeducando a colar grau após cursar uma graduação no Sistema Prisional Alagoano, de acordo com as suas experiências, como você avalia as condições da educação no Sistema?
- 6- Mesmo o Núcleo de Ressocialização, presídio considerado referência, apresenta problemas no método ressocializador?
- 7- E quais são os déficits com relação ao trabalho?
- 8- De acordo com os dados do Depen, em 2017, Alagoas era o Estado com o maior índice de analfabetismo nos presídios, você percebia esta problemática? Na sua opinião, porque o Estado não se empenha para mudar este índice?
- 9- De 2017 para cá não houve novos lançamentos do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. Como você avalia esta constante e crescente desatenção à esta parcela da sociedade por parte dos órgãos públicos?
- 10- Avaliando de acordo com a sua experiência empírica, é possível convencer os reeducandos mais resistentes à reeducação? Em Alagoas o dado é insignificante de apenados que tem acesso a estudo e a trabalho.
- 11- Para você, qual é a importância da educação no processo de reintegração social?
- 12- Você, como pesquisador da área, se preocupa com a influência negativa do Governo Federal nas políticas públicas aos reeducandos do país?
- 13- Como se dá a seleção de reeducandos ao NR?
- 14- Quais são os tipos de apoio que o Estado poderia proporcionar à reeducandos?

15- De acordo com os dados que tenho do ano de 2018, a superlotação era uma realidade na maioria dos presídios? Você já ficou detido em um dos superlotados? Como era a situação?

16- Atualmente você está empregado? Enfrenta discriminação?

17- Quantos livros leu na prisão? Quantos cursos você fez? Me passa uma breve biografia, a exemplo de idade, de quantos anos tinha quando foi detido, quanto tempo passou na prisão.

À Martins, Eliégio e Henrique:

1- Quanto tempo você passou no sistema carcerário?

2- Qual é o tipo de pena que você está cumprindo atualmente?

3- Quais foram os módulos carcerários que você esteve?

4- Como avalia o acesso à educação e trabalho no Sistema Carcerário Alagoano?

5- Você já trabalhou antes e está trabalhando agora?

6- Qual é o seu nível de escolaridade?

7- Passou por situações que ferem os direitos humanos no presídio? Quais?

Respostas em áudio, disponíveis em:
<https://drive.google.com/drive/folders/1kIDQmMPp81Eyv5zPc6aIWQBp0mvRsORs?usp=sharing>

APÊNDICE D – Artjornal

Ilustração: Lucas Cavalcante, Manaluh



NÚCLEO DE RESSOCIALIZAÇÃO



São 4.368 EDUCANDOS
entre 9.161

→ apenas 4,76% da po-
pulação carcerária está
em atividade educacional.
→ Média nacional é de
16,53%
→ O índice de reinci-
dência criminal
para os que cumpri-
ram pena é abaixo
de 20%



APÊNDICE E – Autorização das entrevistas com os reeducandos pela 16ª Vara Criminal



Universidade Federal de Alagoas
 Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes
 Curso de Jornalismo

Maceió, 22 de maio de 2019

Ao
 Meritíssimo Juiz Dr. José Braga Neto
 16ª Vara de Execução Penal da Capital
 Nesta.

Ref.: Autorização para reportagem especial no Sistema Prisional

Solicito desse Juízo **autorização** para que a estudante do 8º período do Curso de Jornalismo da Ufal **Patrícia Mendonça Santos**, CPF: 114.387.804.35; RG: 3703932-6 e Matrícula na Ufal: 13211003; ora minha orientanda de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), **tenha acesso** aos reeducandos/as que integram o Núcleo de Ressocialização e outras áreas, se necessário; e que também possa coletar informações por meios audiovisuais, caso as fontes permitirem.

Justifico que a referida aluna está desenvolvendo em seu TCC uma *Reportagem Especial Multimídia* sobre o processo socioeducativo realizado no sistema prisional alagoano.

Saudações acadêmicas,


 Dr. Antônio Prisciliano R. de Freitas
 OAB/AL - 11207531

*Rebr.
 Defiro o requerido.
 Quanto à filmagem, deve
 ser observada a dignidade
 do preso, em respeito à sua
 imagem. Opine-se.
 Maceió/AL, 27/05/2019
 Diego Araújo (M)
 Juiz de Direito*

APÊNDICE F – Logomarca do Mídia Ativista

Ilustração: Walisson Mendonça

